



PLENÁRIO

Medidas provisórias trancam a pauta mais uma vez

PÁGINA 2

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI – Nº 2.133/30 – Brasília, 9 a 15 de maio de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Comissão especial levantará os principais empecilhos burocráticos que afetam a vida do brasileiro

Senado entra na luta pela desburocratização do país

PÁGINA 5

Em debate, as normas para criar municípios

O Plenário iniciou a discussão de propostas de emenda constitucional que alteram as regras para criação de municípios. Uma delas devolve aos estados a competência de legislar sobre o tema.

PÁGINA 3

Parlamento do Mercosul pode sair até fim de 2006

O Parlamento do Mercosul, fórum legislativo para assuntos econômicos e outras questões de interesse das nações do Cone Sul, poderá ser criado até o fim de 2006, informa o senador Sérgio Zambiasi.

PÁGINA 4

TRABALHO ESCRAVO



JOÃO ROBERTO RIPPER

Ações como a divulgação dos empregadores autuados têm permitido ao país enfrentar a exploração da mão-de-obra

OIT: Brasil avança no combate ao crime

PÁGINA 7



Para Antonio Carlos, o fim da Sudene levou à redução dos investimentos no Nordeste

Parlamentares criticam política industrial de Lula

Em reunião com o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, os senadores se queixaram da falta de iniciativas do governo Lula para apoiar o crescimento industrial nos estados mais pobres do país.

PÁGINA 8

MENOS IMPOSTO

O Plenário do Senado aprovou a aguardada correção das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física. Com a mudança, a faixa de isenção tributária para os assalariados, aposentados e pensionistas foi ampliada para o valor de R\$ 1.164 por mês.

PÁGINA 12

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 17
FRASES	Página 17
VOZ DO LEITOR	Página 17
CONHEÇA O SENADO	Página 19

cidadania

As cooperativas de crédito podem ser alternativa interessante para microempresários, profissionais autônomos, pequenos empreendedores e outras pessoas que enfrentam dificuldade de acesso a empréstimos bancários ou a diferentes meios de financiamento.

PÁGINA 20

FEDERAÇÃO Plenário discute duas propostas de emenda constitucional sobre emancipação de novas cidades

Novas regras para criação de município



Duas propostas de emenda constitucional que começaram a ser discutidas no Plenário na semana passada mudam os dispositivos legais para a criação e a regularização de municípios brasileiros. Uma das emendas (PEC 12/04), de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), trata da situação de 53 municípios brasileiros que, em processo de criação em 1996, foram atingidos pela Emenda Constitucional 15, aprovada naquele ano, que estabeleceu critérios mais rígidos para o reconhecimento de novos entes municipais. A emenda teve como objetivo frear a criação de novas cidades, muitas delas sem viabilidade econômico-financeira.

A segunda proposta (PEC 13/03) na pauta de votações

desta semana, de iniciativa do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), devolve aos estados a competência de legislar sobre a criação e desmembramento de municípios, autonomia também retirada pela Emenda 15/96.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator da PEC 12/04, justifica em seu parecer que a emenda de 1996 não previu que estavam em curso vários processos de implantação de municípios, obedecendo ao rito legislativo anterior em várias assembleias legislativas. Alguns, inclusive, já haviam realizado plebiscitos. Dados do IBGE mostram que foram criadas até o final de 2000 – portanto, já tendo sido submetidas a pleitos eleitorais – 53 cidades, das quais 54% na região Sul, 32,1% no Centro-Oeste, 9,4% no Nordeste e 3,8% no Sudeste.

– Essa realidade acabou pre-



Proposta de Luiz Otávio regulariza situação de 53 cidades que podem voltar à condição de vila



Tourinho lembra que em 1996 estava em curso processo de implantação de novos entes municipais

judicando comunidades, que se viram privadas de sua autonomia político-administrativa – justifica o relator. As mudanças, na opinião de Tourinho, “deram margem a situações absurdas, tais como a de um município não instalado porque o Tribunal Superior Eleitoral

(TSE) se nega a homologar o resultado do plebiscito, apesar de a população ter sido, quase na sua totalidade, favorável à emancipação”.

De acordo com o senador, há casos de grupos políticos “que se digladiam em batalhas judiciais”, discutindo a legalidade

da realização de plebiscitos, e outros que conseguiram eleger seus prefeitos e vereadores e se instalaram em 2001.

– Agora, suas populações vivem na angústia da possibilidade de verem suas cidades voltarem à condição de vilas e povoados – alertou o relator.

Relator adverte para fato consumado

Rodolpho Tourinho explicou que a Emenda Constitucional 15/96 modificou os procedimentos para a formação de municípios. Entre esses, ele aponta a necessidade de uma lei complementar federal, e não mais estadual, para definir os procedimentos, além da exigência de realização de plebiscito. De acordo com a emenda, o plebiscito deve incluir consulta não apenas à comunidade diretamente interessada, como era antes, mas também às populações dos municípios envolvidos.

A polêmica sobre essa questão chegou ao Supremo Tribu-

nal Federal (STF) em 2001. Em decisão preliminar, o STF suspendeu a eficácia de lei no Rio Grande do Sul criando o município de Pinto Bandeira. A decisão, de acordo com Tourinho, inviabiliza a formação de novos municípios até que seja editada lei complementar federal regulamentando o assunto, como estabelece a Emenda 15/96. Mas em junho de 2003, observou, o Executivo vetou projeto de lei do Senado (PLS 184/02) com esse propósito.

Mesmo assim, Tourinho lembra que a instalação de muitos municípios após a Emenda 15/96 “é fato consumado”, inclusive com eleições realizadas para prefeitos e vereadores em 2000.

De acordo com a proposta, a emenda de 1996 “não se aplica aos municípios criados, incorporados, fundidos ou desmembrados, por lei estadual, publicada até dezembro de 2000, e desde que já tenha havido mais de uma eleição municipal nessas localidades”.

PEC exclui da Emenda 15/96 municípios surgidos até o ano 2000

Luiz Otávio defende cidades em processo de instalação

Para o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a aprovação da proposta de sua autoria vai regularizar a situação de municípios, muitos deles já criados, como é o caso de Mojuí dos Campos (PA), implantado na região do Baixo Amazonas, próximo a Santarém.

– O município foi instituído pela Assembleia Legislativa, mas por decisão do Tribunal Eleitoral do Pará o processo foi suspenso – informou ele. O parlamentar também citou o caso do município de Luis Eduardo Magalhães, na Bahia, que foi implantado e tem uma câmara legislativa funcionando, mas ainda não obteve

o reconhecimento oficial.

– As populações desses municípios pressionam os políticos nos estados, na expectativa de que a sua situação seja regularizada – assinalou.

Luiz Otávio considera importante a fixação de novos critérios para a criação de municípios, em função da densidade populacional e da sua viabilidade econômica.

– Não sou favorável ao reconhecimento indiscriminado de novos municípios, a exemplo do que ocorria antes de 1996, mas, por outro lado, é preciso regularizar a situação daqueles que estavam em processo de instalação.

Ziulkoski é a favor de critérios mais rígidos

Na opinião do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, as duas propostas “merecem estudos mais aprofundados para o estabelecimento de critérios que impeçam a implantação de municípios sem o mínimo de condições que garantam a sua autonomia”.

– Os municípios precisam se desenvolver de forma racional, garantindo mecanismos de geração de emprego e renda para evitar a grande migração para os centros urbanos, causa da pobreza e do inchamento nas grandes cidades.

Ziulkoski estranha que, “ao arrepiar da lei”, municípios continuem a ser instalados por iniciativa de algumas assembleias legislativas.

Ele reconhece que “voltar atrás seria um atraso e poderá criar animosidade”, já que muitos desses municípios estão se desenvolvendo de forma positiva. De acordo com dados da confederação, a partir de 1997 foram criados no país 57 novos municípios. Um deles, Pinto Bandeira, foi reanexado a Bento Gonçalves (RS) por decisão judicial. O dirigente da CNM comentou



Ziulkoski (à esquerda, ao lado de Garibaldi Filho) quer norma que impeça criação de unidades sem condições de garantir autonomia

as dificuldades enfrentadas pelos municípios em debate na quarta-feira passada, na Subcomissão de Assuntos Municipais. Ele afirmou que as prefeituras são pressionadas, de um lado, pelas necessidades de investimentos e pelas imposições constitucionais que vinculam parcelas do orçamento a certas áreas; e, por outro, pela falta de recursos e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita as possibilidades de endividamento.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) concordou, observando que o artigo 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal engessa as prefeituras, impedindo-as de renegociar suas dívidas.

Ziulkoski também apoiou projeto de resolução (PRS 57/03) de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que autoriza os municípios a contratar instituições financeiras para efetuar a cobrança da dívida ativa das prefeituras.

Cidade baiana responde por 5% da produção de grãos

A cidade de Luis Eduardo Magalhães, criada em 2000 na Bahia, retrata a situação confusa em que se transformou a criação e desmembramento de municípios após a Emenda Constitucional 15/96. O prefeito Oziel Oliveira foi reeleito em 2002 e a cidade, hoje, responde por 5% da produção de grãos – soja, milho e feijão – do país.

– Há quatro anos contávamos com uma população de 12 mil habitantes, que hoje chega a 45 mil. Tínhamos na época de implantação do município 400 indústrias implantadas, número que subiu para 2 mil – informou o prefeito. Luis Eduardo Magalhães já é uma comarca e conta com um cartório em funcionamento. “Diante dessa situação, como podemos pensar na possibilidade de não conseguirmos a emancipação do município?”, questiona Oliveira.

– É fundamental que os estados voltem a ter autonomia para decidir sobre a criação de municípios – defende o prefeito. Para ele, o governo federal e o Legislativo não conhecem a realidade vivida pelos municípios. “Os estados estão mais preparados para analisar caso a caso, e podem identificar os municípios que têm condições de ganhar sua autonomia”, sustenta ele.

Essa é a grande aspiração dos habitantes de Luis Eduardo Magalhães, afirma o dirigente, que comemora o aumento de trabalhadores com carteira assinada no município. Conforme ele disse, o número de empregos aumentou consideravelmente.

– Não vamos aceitar qualquer decisão que impeça a emancipação do nosso município e acreditamos que iremos vencer, com a aprovação das duas PECs – afirmou Oziel Oliveira.

Número de municípios

1989	2005
4.074	5.562

Municípios criados a partir de 1989

1989 a 1993	1993 a 1997	1997 a 2001	2001 a 2005
511	920	54	3

MERCOSUL Parlamento comum pode ser arena de negociações e ajudar em questões como concorrência entre países-membros

GUILMAR GOMES PREFEITURA DE BENTO GONÇALVES



Zambiasi apóia proposta de limitar importação de vinhos argentinos para proteger produto brasileiro contra concorrência predatória

Parlamento do Mercosul está previsto para final de 2006



De viagem marcada para Montevidéu, capital do Uruguai, onde participaria de reunião sobre a implantação do Parlamento do Mercosul, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) informou na última quinta-feira ao **Jornal do Senado** que as previsões otimistas são de que a instituição regional seja uma realidade até o fim de 2006.

Para Zambiasi, que preside a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o parlamento comum será importante como arena de negociações, além de

ajudar também em questões controversas como a econômica. O novo Legislativo poderá manter integrados seus países-membros e, em eventuais crises, intervir para reaproximá-los.

– Devemos avançar nesse processo de integração via parlamento para que eventuais divergências sejam resolvidas por meio de um tribunal do Mercosul, que também já vem tendo sua implantação estudada. Além disso, o Parlamento comum irá propor leis de interesse de seus países.

O senador explicou que, antes de implantar um parlamento comum, serão necessárias inú-

meras consultas aos congressos dos países do Mercosul. Mas antecipou sua opinião de que a nova assembléia já é um avanço democrático importante dentro da proposta de integração da América Latina.

– A criação do Parlamento do Mercosul colocará o bloco comercial definitivamente como protagonista de todo esse processo. A idéia é ter um parlamento comum cujos integrantes sejam eleitos pelo voto popular para representar seus respectivos países nesse congresso.

Zambiasi avaliou ainda que um parlamento comum será o lugar ideal para aprimorar a integração

comercial e buscar também a integração humana.

– São milhares de quilômetros de fronteira disponíveis para possibilitar essa aproximação – destacou o senador.

Na última semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros, tomou a iniciativa de convidar o presidente do Senado argentino, Daniel Scioli, para uma visita ao Senado brasileiro. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Cristovam Buarque (PT-DF) também convidará os presidentes das comissões de relações exteriores do Senado e da Câmara argentina para visitarem a CRE.

Zambiasi: divergências com Argentina são superáveis

O senador Sérgio Zambiasi classificou os problemas de relacionamento entre Brasil e Argentina levantados recentemente pela imprensa como "mal-entendidos já superados". Para ele, talvez sejam exatamente esses choques comerciais que promoverão maior aproximação entre os dois parlamentos.

– As questões de fronteira têm, por natureza, eventuais diferenças que devem sempre ser negociadas entre os países com franqueza e boa vontade.

O parlamentar observou que, assim como a Argentina reduziu há pouco tempo a importação de geladeiras do Brasil, hoje a importação brasileira de vinhos argentinos está exigindo nego-

ciação. Zambiasi disse que o que está sendo questionado não é a importação de vinhos argentinos de boa qualidade, pois esses até impõem concorrência saudável, obrigando o brasileiro a melhorar para competir.

– Mas a garrafa de vinho argentino que chega ao Brasil por R\$ 2 ou R\$ 3 é predadora para o produtor brasileiro, e isso tem que ser combatido.

O arroz é outro produto que, na avaliação de Zambiasi, deve ser tema de negociação. Ele explica que o Rio Grande do Sul tem a maior produção do grão no país. Enquanto isso, Argentina e Uruguai consomem pouco arroz e, aproveitando as facilidades oferecidas pelo Mercosul, vendem todo o excedente de sua produção para o Brasil.

Simon sugere atenção à integração do Uruguai

A integração do Uruguai à criação de um parlamento comum e ao próprio Mercosul deve ser motivo de cuidado por parte do Brasil e da Argentina, ressaltou o senador Pedro Simon, vice-presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ele apontou que Argentina e Brasil têm território e população muito expressivos, ao contrário do Uruguai, para o qual pode restar pouco espaço no Parlamento do Mercosul.

– É preciso estudar uma fórmula na qual o Parlamento comum, depois de implantado, ofereça garantias para uma real importância do Uruguai. Na Europa, já se venceu essa etapa.

Por ter implantado moeda única, explicou o senador, o Parlamento Europeu está muito à fren-

te. Segundo ele, a comunidade sul-americana pretende atingir a condição atualmente vivida pelos europeus, de não precisarem de passaporte ou documentos para atravessar fronteiras, e de poderem trabalhar em qualquer um dos países do bloco.

– O grande esforço a ser feito por nós é o de começar a realizar tudo isso através de um parlamento comum.

Simon acredita que, instituído o Parlamento, os conflitos entre os países-membros serão equacionados, como aconteceu com o Mercado Comum Europeu.

Para o senador, as divergências entre Brasil e Argentina devem ser evitadas, pois é importante para a América do Sul que ambos os países tenham a integração do continente como objetivo.

Comissão apóia defesa do vinho brasileiro

A proposta de limitar e impor parâmetros à importação de vinhos argentinos recebeu apoio do presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi. Ele relatou que, durante reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na última quarta-feira, o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Vitivinicultura, Hermes Zanetti, destacou ao ministro Luiz Fernando Furlan, aos ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Roberto Rodrigues e Miguel Rosseto, e aos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta dos fabricantes brasileiros, de criar um imposto de US\$ 0,60 a US\$ 0,75 por garrafa de vinho importado, inclusive dos países do Mercosul. Hoje, a alíquota de 27% só vale para países de fora do bloco.

– Procuramos evitar que a produção nacional seja inviabilizada pela importação desenfreada de vinho argentino e alertar a Argentina para uma futura redução na aceitação de seu produto no Brasil – considerou.

Segundo Zanetti, em 1996 o Brasil importou 600 mil litros de vinho do país vizinho; 5,8 milhões em 2003; 11,2 milhões no ano passado e, para este ano, é prevista a entrada de mais de 20 milhões de litros de vinho argentino no Brasil.

Setor calçadista tem mediação de governos

O setor calçadista não tem tido muito sucesso no diálogo bilateral com a Argentina, segundo o consultor internacional da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Adimar Schievelbein. Por isso, as negociações do setor passaram a ser feitas com a mediação dos governos dos dois países. Segundo o executivo, "havia má condução dos assuntos do setor por parte dos empresários argentinos, que não tratam os empresários brasileiros com a devida seriedade".

Schievelbein relata que, quando os empresários brasileiros se comprometiam a estudar questões levantadas pelos argentinos, a imprensa daquele país noticiava que os brasileiros haviam concordado com as baixas cotas de exportação sugeridas. Por conta disso, explica o consultor da Abicalçados, o diálogo se tornou "rarefeito".

O consultor diz ainda que o volume de calçados brasileiros que entra na Argentina é considerado muito pequeno. Em 2004, o Brasil exportou 15 milhões de pares para o país vizinho, número considerado baixo em mercados comuns.



Sérgio Zambiasi

PLENÁRIO

Senado na luta contra a burocracia

Com a finalidade de apresentar propostas para reduzir a burocracia enfrentada cotidianamente por cidadãos e empresas, o Senado instituiu na quarta-feira comissão especial que irá levantar os principais empecilhos impostos pela administração pública à vida dos brasileiros. O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou que se empenhará pessoalmente na busca de soluções para o problema.

Renan considera embaraçoso o brasileiro ser obrigado a possuir diversos documentos, enquanto em outras nações o cidadão porta apenas um. Ele afirmou também que o excesso de burocracia atrapalha os investimentos no Brasil. Como comparação, o senador citou o exemplo da Colômbia, onde são necessárias apenas 24 horas para se constituir uma empresa. No Brasil, são gastos 152 dias

para o mesmo fim.

Constituída de três senadores, a comissão terá prazo de 60 dias para realizar audiências públicas, com a participação de setores empresariais e representantes do poder público. Depois, o colegiado deverá apresentar medidas para reduzir o nível de burocratização no Estado brasileiro, como a implantação do Cadastro Único, que substituiria todos os documentos pessoais.

A batalha contra a burocracia foi amplamente travada por personalidades como o ex-deputado federal e atual secretário-executivo do Ministério das Comunicações, Paulo Lustosa, que em 1985 e 1986 atuou como ministro da Desburocratização



Renan considera embaraçoso o brasileiro ser obrigado a portar vários documentos

do governo José Sarney.

Em 1999, no Rio de Janeiro, foi criado o Instituto Hélio Beltrão, com o objetivo de promover estudos que contribuam para maior eficiência da administração pública. O instituto é uma homenagem ao professor Beltrão, que deixou grande legado a respeito dos malefícios da burocracia.

País é o sexto em dificuldade para abrir empresa

O estudo "Fazendo Negócios 2004", do Banco Mundial, reflete os impasses enfrentados por cidadãos e empresas para a realização de atividades mercantis. Com a participação de 133 países, a instituição avaliou a capacidade de incentivar o crescimento econômico e a geração de empregos nessas nações.

O resultado impressiona pela péssima classificação do Brasil, onde são necessários 152 dias, em média, para se abrir uma empresa, o que deixa o país com o sexto pior desempenho, melhor apenas que Moçambique, Indonésia, Laos, Haiti e Congo.

Para fechar as portas de uma empresa, a situação não é muito diferente. Atrás somente da Índia, os brasileiros precisam perder 11,3 anos nesse processo, enquanto nos países desenvolvidos a média é de 1,8 ano.

O país também obteve a penúltima classificação na qualidade das leis trabalhistas no que se refere ao seu grau de adequação à necessidade de geração de empregos formais. Portugal e Panamá possuem as leis menos flexíveis.

Por último, constatou-se que o Brasil tem a trigésima mais lenta Justiça no mundo quando

um credor a procura para fazer valer um contrato ou receber uma dívida.

Para Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), toda essa burocracia, com regulamentação excessiva, não proporciona um mínimo de segurança a empresários, trabalhadores e demais segmentos envolvidos em negócios.

Na opinião de Ramez Tebet (PMDB-MS), o estudo aponta uma oportunidade para o Congresso modernizar a legislação e ajudar a desfazer o "emaranhado burocrático que dificulta o desenvolvimento econômico e facilita a corrupção".

Falta consenso sobre novo rito para as MPs

Para o presidente da comissão especial encarregada de elaborar proposta para mudar a sistemática de tramitação das medidas provisórias (MPs), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), alternar o início da tramitação das MPs entre a Câmara e o Senado é um dos pontos fundamentais da reforma em discussão. Defendida pelos senadores, a mudança no rito de análise das MPs não tem apoio dos deputados, como registrou o **Jornal do Senado**.

A inclusão da medida no relatório final da comissão, que está a cargo do deputado Sigmaringa Seixas (PT-SP), deve ser objeto de negociação entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti. Diferentemente dos líderes partidários na Câmara, Sigmaringa já manifestou que não vai se opor à inclusão da sistemática na proposta de emenda à Constituição (PEC) que deve fazer parte das conclusões do colegiado.

Assim como os líderes dos partidos no Senado, Antonio Carlos considera que, sem a alternância,



Antonio Carlos apóia proposta de alternar o início das MPs entre Câmara e Senado

não há como manter a proposta de as Mesas da Câmara e do Senado analisarem preliminarmente a constitucionalidade das MPs. Outra parte do relatório, que remete às comissões de Justiça das duas Casas a competência de analisar a urgência e relevância das medidas provisórias, também não poderia ser aplicada, na avaliação do senador.

O presidente do Senado, Renan Calheiros voltou a defender novo rito de tramitação para as medidas provisórias, afirmando que, como ocorre atualmente, o

Executivo acaba legislando em excesso, o que acaba causando uma "inusitada e condenável abstinência legislativa nas Casas do Congresso". A afirmação foi feita durante solenidade no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde foi homenageado.

No entender de Renan, da maneira como está, o Executivo vem atropelando o pressuposto constitucional de urgência e relevância. Para o presidente do Senado, o Congresso tem dado mostras de que sempre defenderá os interesses do cidadão, como no caso recente com relação à proposta de aumento de impostos sugerido na MP 232/04.

O parlamentar lembrou que a sociedade repudiou a medida e que o Parlamento pôs o interesse do país à frente do interesse exclusivo do governo. Renan disse que, ao combater o excesso de MPs e ao defender novo rito para elas, o Congresso Nacional tem sido justo e patriota, porque a divisão das funções estatais reserva ao Legislativo, "e a ele unicamente, a atividade de legislar", observou.

Dirceu convocado para falar sobre a Infraero

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, na quinta-feira, requerimento do senador Almeida Lima (PSDB-SE) convocando o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para prestar esclarecimentos sobre a mudança do regime jurídico da Infraero, de empresa pública para empresa de economia mista.

O autor do requerimento esclarece que, segundo matéria publicada na coluna Painel do jornal *Folha de S. Paulo*, do último dia 1º de maio, encontra-se na Casa Civil um anteprojeto, com a chancela dos ministérios da Defesa e da Fazenda, que propõe a mudança do regime jurídico da empresa. Almeida Lima entende que essa mudança traria prejuízos ao país.

Também foi aprovado pela CI requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) convocando o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Luiz Barroso Barros, e o diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental, Nilvo Luiz Alves da Silva, para explicarem parecer técnico do órgão que considerou o projeto de transposição do rio São Francisco ambientalmente viável.



Almeida Lima não concorda com mudanças no regime jurídico da empresa

A comissão também acolheu requerimento para debater a situação financeira da Varig durante audiência pública nesta terça-feira. Além do presidente do Conselho de Curadores da Fundação Ruben Berta, Ernesto Zanata, da coordenadora do Grupo Parlamentar em Defesa da Varig, deputada Yeda Crusius, e do deputado Beto Albuquerque, membro do grupo, deverá participar da audiência um representante do ministro da Defesa, conforme sugestão aprovada pelo presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Leia mais sobre a convocação de José Dirceu na página 16

Comissão da reforma do Judiciário elabora roteiro

A comissão especial mista que regulamentará a reforma do Judiciário deverá aprovar nesta quarta-feira o roteiro de trabalho e o cronograma das suas atividades. As propostas foram apresentadas pelo relator, senador José Jorge (PFL-PE). Integram o roteiro cerca de 23 projetos que fazem parte do "Pacto de Estado

de regulamentação mediante legislação federal de iniciativa do Legislativo; dispositivos que dependem de outras formas de regulamentação; e dispositivos que dependem de regulamentação por meio de legislação de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, tribunais superiores, Ministério Público Federal e tribunais dos estados.

em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano", celebrado em 2004 e subscrito por representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário.

A proposta inclui o exame de dispositivos que dependem

Conta do roteiro de trabalho a realização de audiências públicas com a participação de magistrados, juristas, membros do Ministério Público e representantes da comunidade jurídica nacional.

CAE fará debate sobre denúncias contra a Previ

Por iniciativa de José Jorge (PFL-PE), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento de audiência pública para ouvir Sérgio Ricardo Silva Rosa, presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), e Valmir Marques Camilo, membro do Conselho Deliberativo, para prestar esclarecimentos sobre a gestão daquele fundo de pensão.

José Jorge afirma ter notícias de estar havendo briga política que ameaça a administração da Previ. Valmir Camilo fez acusações públicas de que Sérgio

Ricardo estaria realizando uma gestão temerária dos recursos, tomando decisões sem ouvir o Conselho Deliberativo.

Para discutir a autonomia do Banco Central, o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), informou que o presidente do BC do Chile, Vitorio Corbo, pode comparecer à comissão em maio. O debate, disse, será marcado quando tiver feito contato com outras autoridades convidadas: presidentes do BC da Espanha, Jaime Caruana, do México, Guillermo Ortiz, e da Inglaterra, Mervin King.

COMISSÕES

Câmara vota na terça referendo sobre armas

O projeto do referendo a respeito do comércio de armas deve ser votado nesta terça-feira, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, juntamente com a proposta de emenda constitucional sobre a verticalização das alianças eleitorais. O presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), afirmou que a votação do projeto de decreto legislativo (PDL 1.274/04) do Senado que dispõe sobre o referendo não será mais adiada. Na última quinta-feira, completou-se um ano que o projeto está paralisado na Câmara, mas impasses e acordos nos dois dias anteriores adiaram mais uma vez sua votação.

Na terça-feira passada, o relator do projeto do referendo na comissão, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), apresentou pedido de inversão de pauta para antecipar a votação do seu relatório. O pedido foi rejeitado. Em contrapartida, os deputados do PT obstruíram a sessão, impedindo a votação de outro pedido de inversão, do PFL, que objetivava antecipar a análise da PEC 548/02. A PEC acaba com a verticalização partidária nas eleições, assunto que o PT que-



João Paulo retirou de seu relatório menção sobre a data para a realização da consulta

ria discutir posteriormente, no âmbito da reforma política. Caso seja mantida a verticalização, os partidos terão de seguir, no plano regional, as mesmas alianças firmadas para a sucessão presidencial. Os defensores das duas propostas têm pressa. O governo quer que a consulta popular sobre o desarmamento ocorra neste ano (o Tribunal Superior Eleitoral argumenta que precisa de pelo menos seis meses para preparar a votação), enquanto o PFL pretende que o fim da verticalização possa valer já nas eleições do ano que vem.

Após negociações, os deputados do PT aceitaram atrelar a

votação do referendo ao exame da proposta sobre a verticalização. O PFL também cedeu, concordando com a votação da reforma política associada à PEC. Na comissão, após a leitura do relatório por João Paulo Cunha, alguns deputados pediram vista, conforme acordado, adiando a votação para amanhã.

Relator mantém pergunta original

João Paulo manteve em seu relatório a pergunta aprovada pelo Senado: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?", mas retirou a menção da data da realização do referendo, que era o primeiro domingo de outubro (dia 2). "O Estatuto do Desarmamento define que seja em outubro, mas não diz o dia", explicou. O presidente do Senado, Renan Calheiros, discorda da alteração proposta pelo deputado. Para Renan, só depois de votado o projeto é que se poderá pensar em mudança de data.

– Se a data é retirada agora, essa decisão enfraquece a realização do referendo. O importante é que haja desobstrução da pauta da Câmara para que se possa votar o projeto, como fizemos no Senado – avaliou.



Remigio Todeschini (E) e Luiz Otávio, presidente da CAE, debatem o estímulo à contratação de quem tem mais de 40 anos de idade

Para governo, renúncia fiscal não é solução

O secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho, Remigio Todeschini, afirmou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que, em vez de conceder incentivos fiscais às empresas que empregam trabalhadores acima dos 40 anos, é mais importante aplicar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para estimular atividades autônomas e empreendedoras ou requalificar a mão-de-obra de pessoas dessa faixa etária para reinseri-las no mercado de trabalho.

– As ações de qualificação para o trabalhador de mais de 40 anos são mais interessantes e promissoras do que reduzir a arrecadação do governo.

Segundo o secretário, o cálculo potencial da renúncia fiscal resultante da aprovação do projeto de lei do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que prevê a concessão de incentivo fiscal para empresas que tenham pelo menos 30% de seus trabalhadores com idade superior a 40 anos (PLS 103/99), é de cerca de R\$ 5,8 bilhões. Conforme Todeschini, incentivo fiscal não gera emprego e apenas a proposta não vai resolver o problema do desemprego dessas

pessoas. Ele avalia que a reforma tributária do governo precisa diminuir os encargos sociais que incidem sobre as pequenas e médias empresas, o que seria uma maneira de aumentar a oferta de empregos formais para jovens e trabalhadores com mais de 40 anos.

Para Jefferson Péres, o escopo do projeto, assim como das leis em geral, não é mudar a realidade social, mas apenas amenizar a difícil situação vivida por pais de família que, depois dos 40 anos, não conseguem mais um emprego formal e passam, segundo as estatísticas, mais tempo desempregados do que os jovens.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) também defenderam a proposta, dizendo que ela é tão importante quanto o programa Primeiro Emprego para os jovens. Já Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que o projeto de Jefferson Péres não deve prosperar porque depende de renúncia fiscal. O líder do PT, Delcídio Amaral (MS), observou ainda que a proposta não teria o impacto pretendido, pois atualmente grande parte das empresas já têm 30% ou mais de empregados com mais de 40 anos.

Senadores festejam Dia Mundial do Trabalho

Comemorado na maior parte dos países, o Dia Mundial do Trabalho (1º de maio) foi lembrado pelos senadores com homenagens especiais ao trabalhador brasileiro, entre esses os servidores do Senado.

Para o vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC), o Estado brasileiro deve ser capaz de reconhecer e compreender a difícil caminhada do trabalhador, "cujas conquistas têm sido tão difíceis quanto a passagem por um buraco de agulha".

Tião Viana juntou-se aos demais parlamentares nos elogios ao senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para realização da sessão de homenagem ao Dia do Trabalho.

– Não tenho dúvidas de que em cem anos ele será lembrado como um apóstolo do Parlamento e do trabalhador brasileiro.

Paim afirmou que é preciso refletir sobre o que os trabalhadores pensam, sonham e querem. Para ele, homenagear o trabalhador é implementar a reforma agrária,



Tião Viana: as conquistas do trabalhador têm sido muito difíceis em nosso país

diminuir a taxa de juros, investir na produção e no emprego e dizer não à especulação financeira.

Segundo o senador Pápaléo Paes (PMDB-AP), a reforma trabalhista estudada pelo governo não pode implicar apenas a reversão dos direitos dos trabalhadores.

Também homenagearam o Dia do Trabalho a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) e os senadores Cristovam Buarque (PT-DF), Paulo Octávio (PFL-DF) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

JOSÉ CRUZ



Alvaro Dias relatou os desdobramentos das audiências realizadas no vale do Jequitinhonha

CPI da Terra solicita força-tarefa em Minas

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPI da Terra), afirmou que vai solicitar ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a criação de uma força-tarefa, com participação da Polícia Federal, para dar mais segurança aos moradores do vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Em visita à região na semana passada, a CPI promoveu audiências públicas nas cidades de Jequitinhonha e Montes Claros. Segundo o senador, foram recebidas denúncias de que o sistema policial na região é insuficiente para garantir a tranquilidade das pessoas.

– A população está desprotegida e insegura porque a polícia está ausente – afirmou.

Segundo o senador, a comissão pediu ao Tribunal de Justiça do estado o desaforamento para Belo Horizonte do julgamento dos acusados do massacre de Felisburgo, onde em novembro passado cinco trabalhadores sem-terra morreram e outros 13 ficaram feridos. A CPI solicitou ainda à comarca de Jequitinhonha que restabeleça as prisões preventivas dos cinco denunciados pelos crimes, liberados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em Montes Claros, a comissão investigou a morte de três fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho, durante fiscalização na região.

– O governo está absolutamente incompetente, e é o grande culpado pela situação – concluiu.

Comissão quer Exército e Polícia Federal no Pará

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) que solicita ao ministro da Defesa, José Alencar, e ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a permanência de tropas do Exército e da Polícia Federal (PF) na região de Anapu (PA), onde, segundo a senadora, grileiros e madeireiros anunciam um combate radical aos projetos de desenvolvimento sustentável defendidos pela missionária assassinada Dorothy Stang, inclusive com ameaças de novas mortes.

– Peço o apoio dessa comissão a fim de que o Exército não se retire da região, dada a audácia dos autores da violência, que não têm o menor pudor de dizer publicamente, na imprensa, que estão dispostos a matar para manter as suas posses, mesmo que sejam ilegais e griladas – afirmou ela.

Ana Júlia informou que a CPI da Terra deverá se encontrar com José Alencar esta semana. Em Plenário, a senadora explicou que a manutenção do Exército em Anapu é necessária para evitar "maior violência na região". O Exército foi enviado ao estado após o assassinato da freira Dorothy Stang, que defendia o assentamento de trabalhadores sem-terra.

– É gravíssima a situação dos conflitos agrários no Pará. O Exército não pode se retirar da região, sob pena de ocorrer mais mortes. Infelizmente, a polícia do estado parece mais preocupada em investigar e prender as testemunhas, os trabalhadores, em vez de grileiros, que são os verdadeiros financiadores da violência e do crime – assinalou a senadora.

Comissão vai investigar cartelização dos frigoríficos

Outro requerimento acolhido na reunião, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), solicita a realização de audiência pública com o objetivo de debater os critérios adotados por frigoríficos suspeitos de cartelização na definição de preços da arroba de carne bovina.

TRABALHO ESCRAVO Estudo global mostra que Brasil conseguiu avanços no combate à exploração de trabalhadores

Relatório da OIT traz boas notícias



O Relatório Global sobre Trabalho Forçado que a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

divulga nesta quarta-feira indica que o Brasil avançou nas políticas de combate à exploração de trabalhadores. Para prestigiar o êxito da experiência brasileira, a OIT lança o relatório em Brasília, primeira vez que a cerimônia ocorre fora de Genebra, na Suíça, sede da entidade.

O documento ressalta, entre outras ações, a "lista suja" do Ministério do Trabalho, com o nome dos empregadores autuados, a cobrança de indenizações dos empresários e o aprimoramento da fiscalização. Essas ações in-

tegram o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, com que o governo pretende pôr fim à prática até 2007.

O plano também sugere mudanças na legislação. Duas delas já foram aprovadas pelo Senado e aguardam votação na Câmara.

Além disso, na quinta-feira, quando se comemoram 117 anos da Abolição da Escravatura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Inbra lançam um plano para erradicar o trabalho escravo. Outra iniciativa é o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, cooperação do Instituto Ethos com a OIT pelo qual empresas firmam compromisso de boicotar produtos de pessoas jurídicas que façam parte da "lista suja".



Operação do Ministério Público do Trabalho em uma fazenda de Maracaju (MS): fiscalização melhor

Senado aprova leis que punem prática do trabalho forçado

Empenhados em dar fim às formas de escravidão existentes no país, os senadores transformaram em propostas as principais alterações legislativas sugeridas no Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, com destaque para dois textos que já foram aprovados pelo Senado e agora dependem do crivo da Câmara. O primeiro é a proposta de emenda constitucional do então senador Ademir Andrade (PSB-PA), conhecida como PEC do Trabalho Escravo, que determina a expropriação das terras em que forem encontrados empregados em condições de escravidão (PEC 248/01); o segundo é o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que impõe penas mais rígidas para quem submeter trabalhadores a trabalho forçado (PLS 5.016/05). Os dois textos foram acolhidos pelo Senado e estão em tramitação na Câmara dos Deputados.

As propostas em tramitação no Senado impõem restrições àqueles que fazem parte da "lista suja" do Ministério do Trabalho, ou seja, os donos das propriedades em que foi constatada a utilização de mão-de-obra escrava. Os senadores petistas Paulo



Paulo Paim quer proibir a concessão de créditos a empregadores incluídos na chamada "lista suja" do Ministério do Trabalho

Paim (RS) e Ana Júlia Carepa (PA) apresentaram projetos que proíbem a concessão de créditos ou financiamentos a empregadores que integram o cadastro do ministério, que também não vão poder participar de licitações ou pregões públicos (PLS 487/03 e 108/05).

Ana Júlia argumenta que "é incoerente dar dinheiro público para quem comete infrações". Segundo ela, atualmente existe apenas a recomendação para que os bancos públicos não concedam empréstimos a quem cometa infrações ambientais ou empregue mão-de-obra escrava ou infantil.

- Ao tornar essa recomenda-

ção uma lei, [o projeto] impede que os empregadores recorram na Justiça contra a decisão dos bancos, o que vem acontecendo - justifica.

Além disso, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) quer tornar a submissão de trabalhadores à escravidão um crime hediondo e, portanto, inafiançável e sujeito a penas mais duras (PLS 9/04).

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) quer incluir na legislação o cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condição análoga à de escravo (PLS 25/05), pois a lista do Ministério do Trabalho foi criada por uma portaria, sem força de lei.

Tramitação da PEC é lenta na Câmara

A aprovação da PEC do Trabalho Escravo vai permitir a expropriação das terras em que é utilizada mão-de-obra escrava é a principal reivindicação da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) ao Congresso. O governo anunciou que a proposta deve ser acolhida pela Câmara até junho. Menos otimistas, as entidades que militam na causa acreditam que são remotas as chances de o texto ser votado pelos deputados com tanta rapidez.

O freqüente trancamento da pauta de votações por medidas provisórias e, principalmente, a pressão de deputados que defendem os interesses dos fazendeiros - a bancada ruralista - têm



Ana Júlia reage contra ação da bancada ruralista: "Eles defendem a escravidão?"

impedido a análise da PEC.

Em crítica à demora para votar a proposta, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que é preciso "desmascarar os membros da

bancada ruralista", que impedem a aprovação do texto.

- Eles [parlamentares contrários à PEC do Trabalho Escravo] defendem a escravidão? - questionou a senadora.

Para o subprocurador-geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo, "a bancada ruralista na Câmara é grande, forte, financiada e organizada, todas as características que faltam ao governo".

A proposta está na Câmara desde 2001 e aguarda votação em segundo turno pelo Plenário desde o final do ano passado. Na avaliação do subprocurador, a Câmara tornou ainda mais longo o caminho da proposta, que agora deve voltar ao Senado, já que foi alterada pelos deputados.

Empregadores continuam impunes criminalmente

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), que acompanha a implementação das políticas governamentais para o fim da escravidão, reconhecem os avanços do Brasil no combate ao trabalho forçado, mas chamam atenção para a impunidade, que ainda é regra entre os empregadores.

Há registro da condenação de apenas um fazendeiro pela prática de trabalho escravo, apesar de a "lista suja" do Ministério do Trabalho apontar mais de 160 empregadores. Mesmo condenado, informaram representantes do Conatrae, o fazendeiro não chegou a cumprir pena de reclusão, já que a sanção foi convertida em trabalhos voluntários.

De acordo com o subprocurador-geral do Trabalho, Luís Antonio Camargo, é a indefinição judicial que sustenta a impunidade. Ainda não foram determinadas as instâncias

responsáveis pelo julgamento criminal, informou.

Punições apenas trabalhistas

Na esfera trabalhista, no entanto, as punições têm sido eficientes, ressaltou Camargo. De dois anos para cá, os empregadores de mão-de-obra forçada foram obrigados a pagar indenizações por danos morais aos trabalhadores submetidos à escravidão.

- Os valores das indenizações são altíssimos, o que torna desvantajoso financeiramente manter o trabalho escravo - comentou o subprocurador.

A cobrança de reparação financeira também foi considerada um mecanismo de punição eficiente pela coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, Patrícia Audi, e pela representante do Conatrae na Secretaria de Direitos Humanos, Rachel Andrade Cunha. "Isso mexe diretamente no bolso do empregador", explicou.

Escravidão no Brasil é rural

Cada país apresenta uma forma distinta de trabalho forçado. No Brasil, informou a coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, Patrícia Audi, ele é encontrado em áreas rurais, em grandes fazendas.

Os trabalhadores são aliciados por gatos e levados a propriedades distantes e isoladas, o que dificulta tentativas de fuga. Além disso, são obrigados a viver em situações degradantes, em permanente dívida com o patrão, que fornece os suprimentos a preços superiores ao salário que pagam. Em alguns casos, vivem cercados por jagunços armados.

A área que concentrava a maior incidência do uso de mão-de-obra escrava foi o sul do Pará, na região do Bico do Papagaio. Durante os últimos dois anos, a fiscalização do Ministério do Trabalho tem diminuído consideravelmente os índices de trabalho forçado no local, mas surgiram novos focos no oeste da Bahia e no Tocantins.

Uma outra característica do trabalho escravo é a reincidência. Há registros de pessoas que foram resgatadas em uma região e encontradas, meses depois, na mesma situação em outras fazendas. O desemprego leva o trabalhador a ser aliciado novamente.

Fiscalização registra casos de trabalhador vítima do crime mais de uma vez

DESENVOLVIMENTO Furlan provoca críticas ao dizer que seu ministério "é coadjuvante na questão regional"

Desconcentração industrial na berlinda



O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio não recebeu a incumbência de elaborar uma política orientada para o desenvolvimento regional. Com essa ponderação, o ministro Luiz Fernando Furlan apresentou, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), os efeitos das ações de sua pasta nas regiões Norte e Nordeste, com destaque para o papel da Zona Franca de Manaus (ZFM).

– O ministério tem posição coadjuvante na questão regional – afirmou o ministro, citando os grandes projetos do governo no Nordeste, como a transposição do São Francisco, o gasoduto, a Ferrovia Transnordestina e a recuperação da BR-101, que não estão sob sua alçada.

Diante dessa realidade, os senadores que acompanharam a audiência pública reclamaram da ausência de uma política indus-



Na comissão presidida por Jereissati (D), Furlan fala das ações de sua pasta nas áreas mais pobres do país

trial que beneficie as indústrias tradicionais das regiões mais pobres, em decadência.

– Não há iniciativas federais para desenvolver a indústria nos

estados mais atrasados – constatou César Borges (PFL-BA).

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) entende que a política industrial deve ter um

viés regional, para incentivar setores que geram muitos empregos, como as indústrias de calçados, confecções e alimentos, comuns no Nordeste.

Já o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) considera que o Ministério do Desenvolvimento, e não apenas o Ministério da Integração Nacional, deveria atuar para melhorar a situação industrial do Nordeste.

– O sistema industrial da região está sem suporte para enfrentar os problemas de geração de emprego e renda – lamentou.

Além da ZFM, que cresceu 20% em 2004, o ministro citou que o programa Estado Exportador, que incentiva vendas externas em unidades da Federação que exportam menos de US\$ 100 milhões, tem sido efetivo, pois Tocantins, Amapá, Distrito Federal e Rio Grande do Norte tiveram os maiores avanços das exportações no ano passado.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) reclamou do contínuo crescimento dos recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e que deveriam ser investidos nas áreas pobres da Amazônia.

Setores tradicionais marcam produção fabril no Nordeste

Em vez de indústrias de ponta, as regiões Norte e Nordeste se caracterizam por reunir setores tradicionais, com baixo grau de complexidade. Exemplo disso é o arranjo produtivo local do setor de calçados, em Campina Grande (PB), que luta pela sobrevivência diante da competição imposta pela globalização.

A indústria de sapatos se desenvolveu na região por conta dos grandes rebanhos de gado, que deram origem a curtumes. Os habitantes começaram a produzir calçados, geralmente em microempresas formais e informais. Em uma região de baixo poder aquisitivo, o preço se tornou o principal fator de competitividade, deixando a qualidade em segundo plano.

A dinâmica do mercado, especialmente na década de 1990, mudou essa realidade. O couro ficou caro e foi substituído por

políticas entre as esferas de governo, não houve continuidade nem coordenação das ações de promoção e fomento do arranjo local da cidade. Segundo o estudo da UFRJ, 56% das empresas da cidade nunca participaram de qualquer programa de incentivo governamental.

– O arranjo possui uma interação que vai além das relações de produção e comerciais, residindo em laços familiares, sociais e culturais e na vocação histórica de trabalhar com couro e calçados. Entretanto, essa interação não é suficiente para evitar o declínio das atividades do arranjo – afirmam os pesquisadores, que vêem a possibilidade de marginalização dos trabalhadores locais.

Como forma de reverter o quadro, os pesquisadores sugerem uma ação institucional para dar apoio tecnológico, gerencial e mercadológico aos produtores.

– Políticas que visam à diminuição do desequilíbrio social com geração de empregos e melhor distribuição de renda são de absoluta relevância, principalmente tendo em conta as possibilidades crescentemente reduzidas de desenvolvimento em algumas regiões. A capacitação dos indivíduos e empresas será de relevância cada vez mais fundamental para seu desenvolvimento sustentado, em uma economia cada vez mais baseada no conhecimento – aponta o estudo da UFRJ.

Esse tipo de ação, voltada para as indústrias tradicionais nas regiões mais pobres, que pode ser articulado pelo governo federal, é um dos focos de atenção dos senadores da CDR.

Globalização ameaça a sobrevivência de fabricantes de calçados da PB

BNDES precisa se adequar para atender regiões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é um dos principais mecanismos para indução do desenvolvimento no país. Porém, a instituição não atua para diminuir as disparidades regionais. A reclamação, comum entre os parlamentares do Norte e do Nordeste, voltou à cena durante a audiência pública da CDR com o ministro Furlan.

Enquanto o ministro aponta que não há demanda de recursos

do BNDES ou mesmo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com condições ainda mais vantajosas, os senadores presentes à comissão acusam o banco de não facilitar investimentos nas regiões mais pobres.

– É preciso adequar o perfil do crédito do BNDES às regiões – reclamou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o Nordeste tem projetos e necessidades, mas

o fim da Sudene fez com que os investimentos oficiais caíssem. César Borges apontou que apenas 6,9% dos recursos do banco foram investidos no Nordeste em 2004.

– O desempenho é pífio. A instituição precisaria ter uma atuação mais incisiva – observou.

Furlan disse que o BNDES está diminuindo exigências. Mas ele ressaltou que, das 39 emendas à parte do Orçamento que trata dos distritos industriais, apenas duas beneficiaram o Nordeste.

Sul e Sudeste concentram investimentos prioritários

As diretrizes de política industrial do governo federal, divulgadas em 2003, elegeram quatro áreas estratégicas para o desenvolvimento do setor: semicondutores, *software*, fármacos e medicamentos e bens de capital. Esses setores, de grande complexidade tecnológica, não estão entre as indústrias típicas do Norte e do Nordeste.

– Nenhum desses setores é relevante na economia nordestina – destacou o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), que apontou a necessidade de uma política industrial adotar ações direcionadas a indústrias nordestinas.

O Ministério do Desenvolvi-



Para Sérgio Guerra, criação de empregos na indústria do Nordeste será reduzida

mento fez as opções por entender que essas áreas têm grande dinamismo e são fruto de grandes

investimentos internacionais em pesquisa e tecnologia. Os produtos possuem ainda grande potencial de exportação.

Sem um viés regional, a política pode levar ao aumento da concentração da indústria nas regiões mais ricas do país. O Sul e o Sudeste, que detêm 70% do emprego formal, ocupam 90% da mão-de-obra do setor de bens de capital, responsável pela fabricação de máquinas para produção industrial (veja quadro).

– A ação da política industrial na criação de empregos no Nordeste vai ser reduzida – previu o senador Sérgio Guerra na audiência pública com Furlan.

Participação dos empregos gerados nos quatro setores beneficiados pela política industrial, em cada uma das regiões

Setores/Regiões	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	Total
Softwares	1,85	12,74	61,54	15,66	8,20	100%
Fármacos	1,16	10,36	71,98	13,70	2,80	100%
Fabricação de computadores*	9,71	8,91	59,19	19,91	2,27	100%
Bens de capital	3,24	2,86	65,20	27,89	0,81	100%
Participação dos quatro setores	3,14	4,68	64,61	25,54	2,04	100%
Participação de cada região no total de empregos	4,70	17,37	52,48	17,20	8,24	100%

Fonte: Estudo do Jornal do Senado com base em dados do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) - Ministério do Trabalho e Emprego

* O dado para fabricação de computadores foi usado na ausência de dados específicos para a produção de semicondutores

COMISSÕES

Senadores vão estudar a reforma do Regimento

O Senado instalou na quarta-feira a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno e elegeu para presidente e vice-presidente do colegiado, respectivamente, os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O relator será o senador Tião Viana (PT-AC), autor do requerimento para criar a comissão.

Composta por seis membros – cinco indicados pelos partidos e um pela Mesa –, o colegiado terá 60 dias para analisar os 138 projetos de resolução que tramitam no Senado e consolidá-los em um único substitutivo. Segundo Tião Viana, a comissão tem que atualizar o Parlamento em relação às inovações do século 21 e proteger a representação

do Senado.

– Temos que romper com as dificuldades que não puderam ser rompidas em outras tentativas de reforma do Regimento. Hoje o momento é outro, a realidade é outra. A crise que vive o Parlamento brasileiro exige a resposta que estamos dando com essa comissão – afirmou Tião Viana, para quem o caminho “será o de ouvir muito e sintetizar o pensamento dos parlamentares”.

Ao lembrar que a última atualização do Regimento foi realizada ainda na época da Constituinte, em 1988, o senador Marco Maciel também destacou que os tempos mudaram nesses últimos 16 anos e que, por essa razão, o Regimento Interno precisa ser atualizado e adaptado.



Renan Calheiros, Raimundo Carreiro, Tião Viana e Marco Maciel: meta é consolidar 138 projetos em tramitação

Renan propõe regulamentar a atividade de lobby

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou na solenidade de instalação da Comissão de Reforma do Regimento Interno que o atual regimento é “prolixo, confuso e não confere aos trabalhos do Senado a agilidade necessária que deveriam ter”. Ele destacou seis pontos que necessitam ser alterados ou incluídos na reforma, entre eles a regulamentação do lobby.

– É preciso que o Regimento Interno dê visibilidade ao lobby, para que esse instrumento se torne claro e saia da clandestinidade. É necessário que as pes-

soas saibam que existe transparência para decidir as questões do Senado – enfatizou.

Ao concordar com Renan Calheiros, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou que o lobby já é regulamentado em vários países, pois é instrumento típico das sociedades democráticas e abertas. Em sua opinião, é preciso também que haja uma lei federal.

Renan frisou que a reforma do Regimento Interno é fundamental e exige grande negociação para que todos os partidos possam participar desse trabalho.

CCJ vai restringir número de audiências públicas

Por sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), haverá esforço de todos os integrantes do colegiado para evitar ao máximo propor audiências públicas na comissão. Segundo o parlamentar, há interesses partidários de evitar determinadas votações e eles usam as audiências para adiar o exame e a aprovação de projetos.

Antonio Carlos propôs ainda que as audiências se realizem em dia e horário diferentes das sessões ordinárias das

quartas-feiras – período que ficaria reservado unicamente para votação das proposições da pauta. O primeiro efeito desse entendimento foi o cancelamento do requerimento do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para realização de audiência para instruir a votação do projeto (PLS 76/03) que trata do aperfeiçoamento da lei eleitoral.

Ele pediu urgência para marcar a data da sabatina dos integrantes do Conselho Nacional de Justiça – órgão que irá promover o controle externo do Judiciário.



Roberto Saturnino acatou emenda de Mercadante e incluiu os teatros nas regras de incentivo

Incentivo fiscal levará cinemas ao interior

Empresários interessados em abrir salas de cinema em cidades pequenas poderão contar com os incentivos fiscais da Lei Rouanet. É o que prevê projeto de lei aprovado pela Comissão de Educação, que estende os benefícios da legislação de estímulo à produção cultural às doações e patrocínios destinados à construção e manutenção de salas de exibição em municípios com menos de 100 mil habitantes. O PLS 298/04, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), recebeu emenda do senador Cristovam Buarque (PT-DF) para estender a proposta também à abertura de teatros.

A subemenda de Cristovam

foi a única alteração sugerida pelo relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ). A modificação específica que os espaços podem ser usados como centros culturais comunitários. A Lei Rouanet concede dedução integral de Imposto de Renda para uma série de aportes à produção cultural.

Mercadante destacou que o objetivo do projeto é permitir à população do interior do país desfrutar de mais formas de entretenimento, ampliando a rede de exposição cinematográfica – importante também para a recuperação do cinema brasileiro. Ele lembrou que parcela considerável da população não tem hoje acesso ao cinema, ao teatro ou

a centros comunitários e que o projeto beneficiará grande parte da população, uma vez que 73% dos municípios brasileiros têm menos de 20 mil habitantes.

Cristovam destacou que o objetivo do projeto específico não é atender quem não pode pagar pelo cinema, como é o caso dos moradores de periferia de grandes centros, mas sim levar cinema e teatro para quem não tem essa opção – os habitantes de pequenos municípios do interior. Como a proposta é terminativa, segue direto para exame dos deputados, a não ser que haja recurso de pelo menos nove senadores para que seja analisada também em Plenário.

Ministério da Cultura diz que proposta ajuda governo

Orlando Senna, secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, classificou de “muito oportuna” a iniciativa do projeto, que se soma aos esforços do governo de reduzir o déficit marcante do parque exibidor brasileiro.

– Estamos muito aquém do número de 3 mil salas que tínhamos até o fim dos anos 70. Ainda que, nos dois últimos anos, tenhamos conseguido a abertura de cerca de 200 salas de cinema, só contamos hoje com 1,9 mil salas.

O secretário discorda de alguns exibidores, para os quais construir cinemas em cidades com menos de 100 mil habitantes não seria lucrativo.

– Para muitas cidades pequenas, o cinema é a única opção noturna de lazer. Muitas sempre tiveram salas de exibição, que foram fechadas na retração de mercado ocorrida na década de 80 – avalia Senna, que tem um exemplo concreto: em sua cidade natal, Lençóis (BA), com 6 mil habitantes, um empresário local está recuperando o cinema e deverá inaugurá-lo em breve.

Senna considera crucial a criação de uma boa base de exibição para o mercado audiovisual.

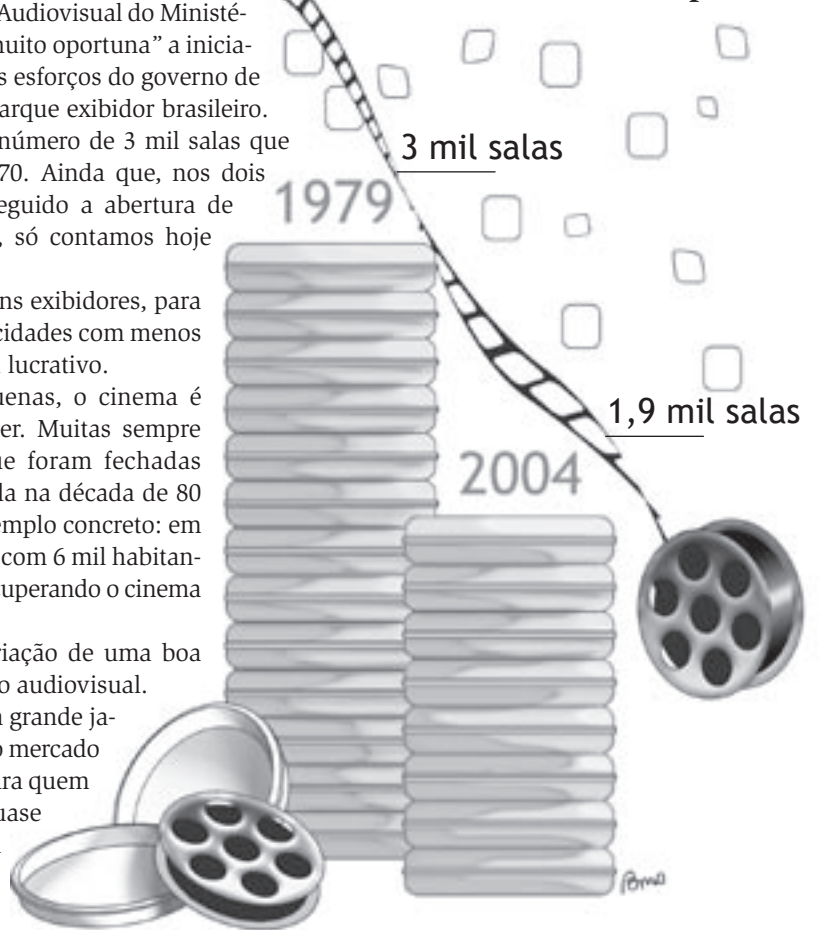
“As salas de cinema ainda são a grande janela de entrada dos filmes para o mercado consumidor”, explica Senna, para quem o desempenho nos cinemas quase sempre determina o sucesso ou fracasso da produção na venda de DVDs e vídeos.

Para Ancine, norma segue política do setor

Segundo o diretor da Agência Nacional do Cinema, João Eustáquio da Silveira, o projeto é “da maior importância”, especialmente porque “se insere dentro do espírito das leis da área do audiovisual, de que o cinema nacional deve sobreviver do mercado, e no mercado”.

– As salas que realmente contam para o cinema brasileiro são as de exibição comercial, e não circuitos alternativos. Nós estamos numa competição por mercado, e o que conta na área

O encolhimento do mercado salas de cinema em funcionamento no país



de cinema é exibição comercial. Iniciativas como essa, de levar o cinema para o interior, têm de levar em consideração o espírito da exibição comercial. Para João Silveira, o subsídio é importante porque um mercado pequeno, como uma cidade com menos de 100 mil habitantes, dificilmente é capaz de manter uma sala em operação.

– O cinema é entretenimento caro, se comparado, por exemplo, à TV. O projeto é uma forma de desconcentrar o mercado – conclui.

COMISSÕES

Especialistas criticam proposta de reforma do ensino superior

Em mais uma da série de audiências para debater a reforma do ensino superior que a Comissão de Educação (CE) realiza, dois especialistas criticaram a proposta que vem sendo estudada pelo Ministério da Educação. O membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Herch Moysés Nussenzveig, e o representante da Academia Brasileira de Educação (ABE), Éfrem de Aguiar Maranhão, posicionaram-se contrariamente a vários pontos sugeridos pelo governo, especialmente em relação à possibilidade de eleições diretas para reitor e às cotas para negros.

Herch Moysés Nussenzveig destacou que o principal gargalo no acesso às universidades está nas deficiências dos ensinos fundamental e médio. Para o membro da ABC, a meta deve ser maximizar a diversidade, porém mantendo a qualidade. O especialista sugeriu que,



Senador Hélio Costa, presidente da CE, entre Herch Moysés (E) e Éfrem Maranhão: quarta sessão de críticas à reforma

em vez de número fixo de vagas raciais, sejam aplicadas ações como a ampliação de cursos noturnos, a concessão de auxílio para formação de professores de níveis fundamental e médio e a criação de cursos pré-vestibular para alunos de classes carentes.

Para Éfrem Maranhão, a reforma muda a situação do

ensino público superior "para pior". Ele disse que propor eleições diretas para reitor é uma "atitude populista", que fere a autonomia universitária e vai contra a meritocracia (sistema que privilegia quem tem mais mérito).

– Reitor tem que ser escolhido por competência, assim como pilotos de avião – disse.

Instituições preferem cursos baratos

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) se disse surpreso com dado apresentado pela Academia Brasileira de Ciências de que 69% dos cursos das universidades brasileiras são de Ciências Humanas. Os cursos de Ciências Agrárias, por exemplo, são apenas 2% do total.

Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) também se surpreendeu com a quantidade de cursos de Humanas. Moysés Nussenzveig explicou que 80%

das universidades têm fins lucrativos e acabam investindo em cursos mais baratos, que não exigem altos investimentos como laboratórios, por exemplo. O representante da Academia Brasileira de Educação, Éfrem Aguiar Maranhão, pediu mais investimentos do governo em ciência e tecnologia.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) se disse preocupada ao constatar que os especialistas que vêm à comissão

estão condenando a proposta de reforma universitária do governo. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a importância de serem destinados mais recursos para pesquisa e destacou a necessidade de discutir a reforma universitária. O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que o resultado final da reforma universitária será consequência do trabalho do Congresso e que é positivo o governo promover esse debate.

Governador Valadares pode ter universidade

A Comissão de Educação aprovou parecer ao projeto de lei (PLS 16/05) que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares (MG). O projeto ainda vai a exame do Plenário. O relator Hélio Costa (PMDB-MG) disse que não se trata apenas de mais uma universidade pública, pois Governador Valadares envia jovens talentos para o exterior devido à falta de oportunidades profissionais e de estudo.

– É o caminho para reestruturar a região – afirmou Hélio Costa.

A Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), do Senado, poderá ter seu nome alterado para homenagear o senador Lauro Campos, falecido em 2003, conforme projeto de resolução do Senado (PRS 16/03) aprovado, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

A CE homenageou também o Barão de Serro Azul, com a aprovação do projeto de lei (PLS 354/04) que inscreve seu nome (Ildefonso Pereira Correia) no *Livro dos Heróis da Pátria*.

Campus da Unilegis pode receber o nome de Lauro Campos

Conselho discute a propaganda de cigarros e bebidas

Em audiência pública no Conselho de Comunicação Social, as cerca de 200 propostas de aumento nas restrições e até da proibição da propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação que tramitam no Congresso foram consideradas pelo presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani, um atentado à liberdade de expressão e ao direito de informação.

– A Abert assume a defesa intransigente da liberdade de expressão, sem censura e com o anúncio de produtos lícitos – declarou Pizani.

Segundo o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Milton Seligman, não existe, estatisticamente, correlação entre investimentos publicitários e aumento no consumo e volume de vendas do produto, que se manteve estável nos últimos dez anos.

– A razão pela qual as empresas fazem publicidade é para fidelizar consumidores e ganhar participação no mercado de outras marcas – explicou Seligman.

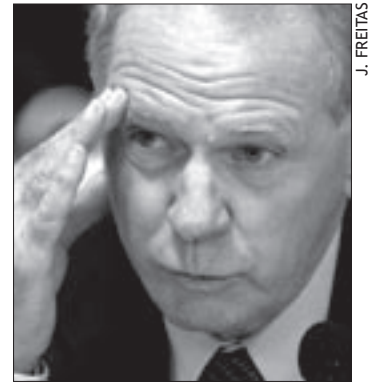
Para o diretor-executivo do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar), Edney Narchi, já existe um amplo e eficaz aparato de controle legal e ético da propaganda de bebidas.

Camata quer plebiscito sobre temas polêmicos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação do projeto de decreto legislativo (PDS 1.494/04), do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que convoca plebiscito sobre o fim do voto obrigatório e sobre o financiamento público de campanhas eleitorais, entre outros temas. Para resolver divergências entre seus membros, a CCJ concedeu pedido de vistas coletivo do projeto.

Com apoio do relator Jefferson Péres (PDT-AM), Gerson Camata anunciou a apresentação de novo projeto de plebiscito exclusivo para questões civis – união civil entre pessoas do mesmo gênero, legalização do aborto, redução da maioridade penal e fim do serviço militar obrigatório.

O projeto original de Camata incluía no plebiscito até o desarmamento, que consta de projeto de decreto legislativo de autoria do senador Renan Calheiros já aprovado pelo Senado e atualmente submetido à análise da Câmara dos Deputados.



Para Camata, se Congresso não conseguir decidir, então deve-se ouvir a população

O substitutivo do senador Jefferson Péres incluiu a consulta aos habitantes do estado do Rio de Janeiro sobre a recriação do estado da Guanabara. Além desse, os temas políticos do substitutivo incluem a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais, o fim do voto eleitoral obrigatório e a reeleição de chefes do Poder Executivo.

– Se o Congresso não decidiu sobre essas questões, vamos ouvir a população para que ela decida – declarou Camata.

Sérgio Guerra prevê crise na agricultura brasileira

Na reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), quarta-feira, o presidente Sérgio Guerra (PSDB-PE) previu uma crise iminente no setor agrícola. De acordo com o senador, o próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em reunião com congressistas, empresários e representantes sindicais do setor, admitiu a provável existência de problemas próximos.

– Ficou muito clara a possibilidade de uma crise no setor. O ministro Palocci também foi bastante claro ao dizer que concordava com o que ouvia e aceitava os argumentos apresentados. E, além disso, não

me pareceu fugir deles – relatou o parlamentar.

Sérgio Guerra explicou que as causas que apontam para a situação de crise relevante na agricultura brasileira seriam a cotação baixa do dólar, os preços reduzidos dos produtos agrícolas, os financiamentos caros, a seca e os insumos cada dia mais caros.

– É impossível que um conjunto de tantas variáveis negativas não some um resultado negativo. Não considero verdadeira a versão de que o setor acumulou gordura, porque me parece que em outros elos da cadeia ficou o principal – disse o senador.

BC terá que explicar liquidação do Banco Santos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento de informações de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) sobre a atuação do Banco Central no processo



José Sarney

de liquidação do Banco Santos. Ele endereçou o requerimento ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, mas o relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), considerou mais apropriado enviá-lo ao presidente do BC, Henrique Meirelles.

Arthur Virgílio indaga sobre os procedimentos operacionais

efetuados pelo Banco Central antes da decretação da intervenção, bem como sobre os relatórios de suas diretorias sobre a situação patrimonial prévia do Banco Santos.

A CCJ aprovou, ainda, projeto de lei (PLS 50/04) do senador José Sarney (PMDB-AP) revogando artigo do Código Civil que proibiu a cobrança de pagamento (laudêmio) sobre o valor de construções e plantações, quando o proprietário de um imóvel atribui a outro o domínio útil do bem (enfiteuse), recebendo, em troca, uma prestação anual.

COMISSÕES



FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Cristovam preside reunião da CRE, ao lado do senador Eduardo Azeredo: seis acordos internacionais foram aprovados

Comissão aprova tratado mundial contra corrupção

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou o texto da Convenção Internacional contra a Corrupção, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2003. O relator da matéria foi Roberto Saturnino (PT-RJ). Para Romeu Tuma (PFL-SP), o acordo "possibilitará o bloqueio

de bens no exterior adquiridos através de corrupção".

A CRE aprovou ainda acordos firmados entre o Brasil e a Coreia do Sul nas áreas de assistência judiciária penal e energia nuclear, relatados, respectivamente, por Romeu Tuma e José Jorge (PFL-PE).

Cooperação com Nigéria, França e Rússia

Na mesma reunião, a CRE aprovou também acordos celebrados pelo Brasil com a Nigéria, a França e a Rússia. Com a Nigéria, o acordo é de cooperação cultural e educacional, por meio de intercâmbio de conhecimentos em programas e políticas comuns, que poderá ser de artistas, incentivos a eventos, realização de palestras e exposições sobre temas culturais em geral.

Facilitados vistos para Eslováquia e Argentina

Acordos firmados pelo governo brasileiro com a Argentina e a Eslováquia sobre a concessão de vistos foram aprovados pelo senador da CRE. O acordo com a Argentina permite a concessão de vistos gratuitos a estudantes e docentes. Com a Eslováquia, o Brasil assinou acordo de isenção parcial de vistos para facilitar o fluxo de pessoas e contribuir para o incremento das relações bilaterais entre os dois países.

Hélio Costa quer devolução de taxa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou requerimento na CRE solicitando informações ao ministro das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim, sobre a possibilidade de embaixadas brasileiras devolverem valores pagos por cidadãos norte-

americanos no caso de vistos recusados.

De acordo com Hélio Costa, o governo norte-americano tem arrecadado, de brasileiros com vistos negados, cerca de US\$ 2,2 milhões, devido à não-devolução das taxas cobradas.

Restrições ao corte de serviço público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ao projeto (PLS 62/03) do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que impede concessionárias e permissionárias de serviços públicos de interromper a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor, ou de cobrar na conta mensal diferenças de contas anteriores e já pagas.

O substitutivo do relator acobrou também sugestões do voto em separado de Fernando Bezerra (PTB-RN). Entre elas, consta a obrigação de avisar o consumidor que deixou de pagar a conta mensal, com 15 dias de antecedência, sobre a interrup-

ção do serviço. A proposta determina também que a cobrança de valores de contas anteriores seja discriminada em documento específico.

Sérgio Cabral disse que o objetivo é defender os consumidores adimplentes, para evitar que recebam contas abusivas dos

prestadores de serviços.

Projeto sugere criar órgão para moradia

A CCJ voltará a discutir o projeto (PLC 36/04) de iniciativa popular sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e seu conselho gestor.

O pedido de vista, pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), visa avaliar a constitucionalidade da matéria, pois, segundo o senador Jefferson Péres (PDT-AM), criação de órgãos é de iniciativa privativa do Executivo.



Sérgio Cabral: projeto resguarda direitos de consumidor em dia com seus deveres

Subcomissão zela por direitos do idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso foi instalada quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) foram eleitos os respectivos presidente e vice-presidente da subcomissão, que conta com sete membros titulares e igual número de suplentes.

O presidente eleito disse que o Estatuto Nacional do Idoso, aprovado em 2003, ainda não é observado integralmente e que a Subcomissão do Idoso terá papel importante para estimular seu cumprimento.

– O que os parlamentares querem é ver que as leis aprovadas estão funcionando e a principal missão da subcomissão é ser a curadora do Estatuto do Idoso

– informou Sérgio Cabral.

O programa Cidade Amiga da Terceira Idade, em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc) nacional, também foi citado por Sérgio Cabral como uma prioridade da subcomissão. Ele explicou que o programa avalia e premia as cidades brasileiras na execução de projetos voltados para a terceira idade.

Criada Frente Parlamentar do Pleno Emprego

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou a criação da Frente Parlamentar do Pleno Emprego. A proposta do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) segue agora para exame da Comissão Diretora da Casa, para decisão final. O objetivo da frente será "promover amplo debate no âmbito do Congresso Nacional em busca de soluções viáveis para a superação de índices históricos de

desemprego e subemprego".

Em seu relatório favorável, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o pleno emprego é um bem social a ser perseguido insistentemente por qualquer sociedade civilizada. O senador destacou que anualmente entram no mercado de trabalho brasileiro 2,3 milhões de pessoas, o que exigiria um crescimento econômico da ordem de 5% a 6% ao

ano, de forma contínua.

Crivella afirmou que a "lógica do pleno emprego está intimamente relacionada com o crescimento econômico, com a elevação da capacidade produtiva de bens e serviços, numa visão macro de produção máxima com desemprego mínimo ou zero".

Qualquer parlamentar pode aderir à frente, bastando para isso assinar a ata de instalação.

Projetos

Penas maiores para desvio de verbas

Os atos de improbidade administrativa que envolvam recursos destinados à saúde e à educação devem ser sujeitos a sanções mais rígidas, prevê o projeto (PLS 119/05) do senador Papaléo Paes (PMDB-AP). O desvio de verbas da educação e da saúde, por atingir as regiões mais carentes do país, são mais graves, argumenta.

Papaléo propõe também a criação da Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana (PLS 111/05); a atribuição de pena de reclusão para quem vender anabolizantes sem receita médica (PLS 124/05) e a obrigação de as propagandas de alimentos informarem o valor energético do produto (PLS 121/05).

Proposta cria o Dia Nacional da Voz

Proposta do senador Tião Viana (PT-AC) cria o Dia Nacional da Voz, a ser comemorado no dia 16 de abril. O objetivo da data é alertar o cidadão para a prevenção de enfermidades vocais, que atingem grande parte da

população, especialmente os professores. "O impacto das enfermidades vocais relacionadas à atividade educacional se expressa no prejuízo estimado superior a R\$ 290 milhões por ano", justifica Tião Viana.

Propostas de Crivella restringem tráfico de influência

Para garantir uma Justiça isenta, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) quer proibir o advogado de atuar em causa própria junto a foros em que tenha exercido função de magistrado ou onde trabalhem parentes seus de até 3º grau (PLS 116/05). Quer vedar ainda que membros do Ministério Público atuem em casos em que tenham advogado em favor de alguma das partes ou estejam envolvidos parentes de até 3º grau (PLS 113/05). Crivella propõe ainda a desapropriação de imóvel residencial urbano desocupado ou sem utilização por cinco anos consecutivos (PLS 115/05). E quer regulamentar a profissão de teólogo (PLS 114/05).

Isonomia do IR para a previdência privada

Projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) quer corrigir a lei e isentar do imposto de renda os benefícios de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições, entre janeiro de 1989 e dezembro de 1995 (PLS 120/05).

Parente até segundo grau não pode concorrer

Projeto apresentado pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) impede a candidatura, para os cargos de vice-presidente, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador, do cônjuge e de parentes até o 2º grau ou por adoção do respectivo candidato a titular (PLS 117/05).

Juizados especiais da Fazenda Pública

Para dar celeridade aos recursos de pessoas ou empresas contra órgãos da administração pública, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs a criação de juizados especiais da Fazenda Pública (PLS 118/05). Assim, afirma, recursos contra multas de trânsito, por exemplo, serão julgados mais rapidamente, para benefício do cidadão.

PLENÁRIO

Aprovado reajuste de 10% nas tabelas do IR

O Plenário do Senado aprovou aumento de 10% na faixa de rendimentos isenta do pagamento do Imposto de Renda (IR) ou desconto na fonte, e um reajuste também de 10% na tabela de deduções. A partir do ano-base 2005 estarão isentos do IR os rendimentos mensais até R\$ 1.164 e anuais até R\$ 13.968. Serão elevadas automaticamente as parcelas a serem deduzidas dos rendimentos acima do limite.

Também foi reajustado para R\$ 1.164 o limite de rendimentos para isenção de quem recebe aposentadoria, pensão, transferência para a reserva remunerada ou reforma, para pessoas com 65 anos ou mais.

O pagamento de despesas com instrução do contribuinte ou de seus dependentes poderá ser deduzido do cálculo do Imposto de Renda até o limite anual de R\$ 2.198 *per capita*. Além disso, na declaração, poderá ser deduzido até R\$ 1.404 por dependente.

As mudanças no IR foram votadas na forma do Projeto de



Proposta de aumento de impostos para prestadoras de serviço foi excluída de texto acolhido pelos senadores em Plenário

Lei de Conversão (PLV) 5/05, proveniente da Medida Provisória (MP) 232/04. Pouco antes da MP ser votada na Câmara, o presidente da República editou a MP 243/05, que revogou a maior parte da MP 232/04, mantendo apenas os artigos que tratam do reajuste das tabelas do Imposto de Renda. A parte que trata do aumento de impostos foi eliminada do texto e inserida na MP 243, em fase inicial de tramitação.

O relator, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), apoiou a aprovação da matéria, embora

reconheça que o percentual de reajuste não repõe a defasagem inflacionária. Saturnino também chama a atenção para o fato de que a MP perpetua a alíquota (máxima) do IR, de 27,5%, que era provisória. Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a adoção de faixas intermediárias de alíquotas. Já os senadores José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN) e Jefferson Péres (PDT-AM) condenaram a tentativa do governo de elevar a carga tributária e elogiaram a capacidade de mobilização da sociedade.

Dia em memória das vítimas de acidente de trabalho

A proposta do deputado Roberto Gouveia (PT-SP) que institui o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril, foi aprovada por unanimidade pelo Senado. O projeto (PLC 74/04), analisado na Comissão de Educação (CE) do Senado, recebeu parecer favorável do relator *ad hoc* senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

O autor cita, na justificativa, exemplos de problemas de saúde adquiridos pela exposição ao amianto e intoxicação por pesticidas. Segundo Gouveia, a data foi instituída em 1969 em decorrência de uma explosão em uma mina de Farmington (EUA), onde morreram 78 mineiros. O parlamentar reforçou a importância da luta por ambientes de trabalho livres do risco de doença, morte e alienação.

Almirante Barroso no Livro dos Heróis da Pátria

O Plenário aprovou na quinta-feira projeto de lei da Câmara que inscreve o nome de Francisco Manuel Barroso da Silva, o Almirante Barroso, no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília. O projeto (PLC 16/05), que recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Educação (CE), senador Aelton Freitas (PL-MG), será enviado à sanção presidencial.

Autor da matéria, o deputado Elimar Máximo Damasceno (Prona-SP) ressalta que o nome do Almirante Barroso foi imortalizado por sua brava participação na Guerra do Paraguai (1865/1870), sendo o grande vencedor da Batalha do Riachuelo.

Em seu relatório, Aelton Freitas lembra que o Almirante Barroso faz parte de uma geração que consolidou as dimensões continentais do país.

Comissão de inquérito irá investigar emigração ilegal

O Congresso aprovou a criação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar crimes e outros delitos penais praticados na emigração ilegal e assegurar os direitos dos brasileiros que vivem no exterior. O requerimento de instalação da CPI é de iniciativa do senador Hélio Costa (PMDB-MG) e do deputado João Magno (PT-MG).

Costa explicou que a emigração pode envolver crimes como aliciamento, divulgação enganosa, tráfico de pessoas, falsificação e adulteração de documentos e passaportes, entre outros delitos graves.

O senador informou que os Estados Unidos, somente nos três primeiros meses deste ano, prenderam mais de 10 mil brasileiros na fronteira dos EUA com o México, sob acusação de imigração ilegal. Ele alertou para o

fato de que muitas dessas prisões foram efetuadas ainda em terras mexicanas.

– O Brasil tem um acordo com o México, e não há necessidade de visto para brasileiros nesse país. Portanto, não se justificam essas prisões apenas sob a alegação de que o brasileiro tentaria ultrapassar a fronteira – lamentou.

Presidente do Congresso, Renan Calheiros garantiu que fará o que for necessário para que a CPI seja instalada o mais rapidamente possível. Ao lembrar que o Brasil sempre foi um país de imigrantes, o senador destacou que, quando ministro da Justiça, no governo Fernando Henrique Cardoso, legalizou a situação de quase 60 mil estrangeiros que viviam no país.

A CPI terá 180 dias para concluir seu relatório.



Hélio Costa

Congresso recebe relatório final da CPI do Desmanche

A Mesa do Congresso recebeu o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) do Desmanche. O objetivo do colegiado era apurar irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras de automóveis, recuperadoras de veículos e oficinas de desmanche de automóveis. A CPI apresentou ainda o Projeto de Lei 142/05, que altera o artigo 126 da Lei 9.503/97, visando a uma “melhor solução para os veículos objeto de sinistros”. A comissão, encerrada em 2004, foi presidida por Romeu Tuma (PFL-SP).

Ilha que sedia município deixa de ser bem da União

O Congresso promulgou a Emenda Constitucional 46/05, que exclui dos bens da União as ilhas costeiras que sejam sede de município. Ficam mantidas sob domínio da União as ilhas das zonas limítrofes, as praias marítimas, bem como ilhas oceânicas e costeiras situadas fora de baías ou de sede municipal.

A promulgação teve a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, e também de delegações de deputados estaduais do Maranhão, de Santa Catarina e do Espírito Santo – estados cujas capitais foram beneficiadas com a emenda constitucional.

Presidência



JANE ARAÚJO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, considera que o Legislativo vem trabalhando para aprimorar um ordenamento jurídico mais democrático, de forma a permitir ao Estado atuar no sentido da proteção aos mais fracos e à liberdade de todos e de cada um. A afirmação foi feita em solenidade no Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde o senador foi homenageado. Ao saudar Renan, o presidente do STJ, Edson Vidigal, ressaltou que os Poderes devem atuar em harmonia. Para o ministro José Delgado, a visita de Renan Calheiros ao Tribunal foi um fato histórico, visto ser a primeira vez que um presidente do Senado comparece oficialmente àquela corte.

Curtas

ANGOLA - Em visita oficial ao Brasil, o presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, foi recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Em encontro no Salão Nobre da Casa, os dois presidentes trocaram impressões sobre os respectivos sistemas parlamentares.

ARGENTINA - O senador Renan Calheiros convidou o presidente do Senado argentino, Daniel Scioli, para visitar o Parlamento brasileiro. O encontro, para estreitar os laços entre os dois países, foi sugerido pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Cristovam Buarque (PT-DF).

Verticalização e reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ser contrário à verticalização eleitoral e também ao modo pelo qual vem sendo feita a discussão do assunto. A verticalização é um instrumento que obriga os partidos com coligações para eleição presidencial a repetirem a mesma

aliança em níveis nacional, estadual ou municipal. – A verticalização deve ser consequência da reforma e não pressuposto desta – explicou. Renan anunciou que, nesta semana, haverá nova reunião com presidentes dos partidos sobre a reforma política como um todo.

Conselho Nacional do Ministério Público

O vice-presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais dos Estados e da União, Francisco Sales de Albuquerque, acompanhado de outros procuradores, entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, deliberação do Ministério Público nos estados pedindo que o Senado escolha os três membros que comporão o Conselho Nacional do Ministério Público. Entre os 26 nomes listados, o Senado escolherá três para compor a lista a ser encaminhada ao presidente da República para a formação do conselho. Renan prometeu providências para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), assim como o Plenário, deliberem logo sobre o assunto.

PLENÁRIO

Raupp pede recuperação de estradas em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) cobrou do governo a recuperação das rodovias federais que cruzam o estado de Rondônia (BRs 364, 425, 421, 429 e 174), além da construção de um gasoduto em Porto Velho e de uma usina hidrelétrica no rio Madeira. O senador anunciou que encontrará, nesta semana, com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, a fim de negociar possíveis soluções para a recuperação das estradas.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) considerou a BR-364 "intransitável" e lembrou a importância dessa rodovia para o escoamento da produção. Diante dos problemas nas estradas, Sérgio Guerra (PSDB-PE) classificou como "surrealista" a prioridade do governo federal em transpor o rio São Francisco.

De acordo com o senador César Borges (PFL-BA), o ministro Alfredo Nascimento anunciou que R\$ 4,2 bilhões foram liberados pela equipe econômica para a recuperação da malha rodoviária nacional. "Eu não acredito, mas torço para que seja verdade", disse. Já o senador José Jorge (PFL-PE) defendeu o início imediato da usina hidrelétrica em Porto Velho.

Pressão chinesa no setor têxtil será debatida, anuncia Ideli

Até meados do mês de maio será realizada reunião tripartite para discutir a situação da produção têxtil brasileira diante da concorrência cada vez maior, no mercado interno, praticada pelas empresas chinesas. Vão participar da reunião empresários do setor, representantes da embaixada da China e membros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A informação foi dada pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que vem atuando juntamente com empresários catarinenses para que o produto brasileiro não perca competitividade. Ela ressaltou que o entendimento com a China é passo político importante, principalmente em um cenário mundial dominado por grandes grupos e por dois pólos consolidados, os Estados Unidos e a União Européia.

– Temos de defender os interesses nacionais, mas devemos entender que não há livre comércio sem determinadas perdas, e precisamos nos preparar para isso – afirmou.

Ideli aproveitou para saudar o Dia dos Taquígrafos, comemorado na última terça-feira, homenagem compartilhada por Romeu Tuma (PFL-SP).

Controle das contas públicas gera debate

Os cinco anos da Lei de Responsabilidade Fiscal foram comemorados na quarta-feira com críticas ao governo. O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que o Executivo gasta mal, enquanto o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo Lula desrespeita a LRF porque o PT, em "oposição insensata" ao governo FHC, foi contra a lei.

Como exemplo de gasto "desnecessário e não prioritário", Agripino citou os R\$ 9 milhões pagos por obras de reforma e decoração no Ministério da Cultura.

– É como a Fundação Nacional da Saúde, a Funasa, que gasta mais com passagens e diárias que com medicamentos para salvar índios e crianças – observou. Agripino cobrou ainda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) parecer sobre matéria que regulamenta os gastos da União no âmbito da LRF, "parada na Comissão de Assuntos Econômicos desde fevereiro de 2003".

Em resposta a Mercadante, segundo o qual houve aumento



Líder do PFL, Agripino aponta gastos "desnecessários", como as obras de reforma e decoração do Ministério da Cultura

exponencial da dívida pública no governo anterior, Virgílio afirmou que FHC acertou ao incorporar às contas públicas os passivos da administração federal. "E a dívida veio à tona pelo atual principal auxiliar do ministro Antonio Palocci, Murilo Portugal, ex-assessor de Paulo Malan", disse. O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) acrescentou que FHC consolidou dívidas entre estados e municípios, antes pagas

pela União. E contestou que o aumento do PIB no ano passado seja um "feito histórico", como estaria apregoando o governo. O crescimento de 5,2% "foi medíocre", disse, apontando que em 2004 o mundo cresceu 5,1% e o comércio teve expansão de notáveis 15%. A média de crescimento dos países emergentes foi de 6%, sendo 5,9% registrados na América Latina. Até a África, acentuou, cresceu 4,5%.

Mercadante: governo mostra eficiência

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), procurou desmontar as críticas da oposição ressaltando que, em todas as comparações possíveis, o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem melhor desempenho que seu antecessor. Mercadante citou, por exemplo, que Fernando Henrique assumiu o governo com uma dívida mobiliária de R\$ 61,8 bilhões (17,7% do PIB) e a elevou, em 2002, a R\$ 623,20 bilhões (46,3% do PIB), um salto de mais de 1.000%.

Mesmo admitindo o peso da repactuação das dívidas dos

estados na explosão das contas, Mercadante apontou que o controle financeiro na era FHC foi devido a uma política equivocada de juros, baseada na âncora cambial, com taxas de juros reais de 22%, o que, segundo o líder, acabou por derrubar os superávits comerciais de 1997 e gerar um passivo financeiro que não foi vencido nem com a venda de 76% do patrimônio público. Já os juros na gestão Lula estão em 19,5% nominais, com queda da dívida em relação ao PIB e "sem o governo ter alienado qualquer empresa pública", ressaltou.

De acordo com o parlamentar, também não procede a crítica de que o governo "gasta muito e mal". Os gastos com pessoal em 2002 foram de R\$ 94,9 bilhões, enquanto em 2004 atingiram R\$ 92,5 bilhões, com recuperação salarial para algumas categorias. Pelos cálculos do senador, houve economia com pessoal de R\$ 2,5 bilhões.

– Estes números evidenciam o compromisso do governo Lula com a responsabilidade fiscal, com o futuro – afirmou o senador por São Paulo. Ele garantiu que os petistas, mesmo tendo votado contra a LRF, participaram intensamente do debate e apresentaram várias emendas para aperfeiçoar a lei.

Senador rebate críticas e demonstra redução de gastos com pessoal

"Falta clareza na divulgação dos gastos"

Os números destacados pelo senador Aloizio Mercadante foram rejeitados por Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para quem os dados precisam ser examinados.

– O líder do governo é simpático, mas não é convincente e se esqueceu de dizer em seu discurso que ele e seu partido se pronunciaram contra a Lei da Responsabilidade Fiscal – assinalou.

Antonio Carlos disse que é falsa a afirmação de que foram criados mais de 2 milhões de empregos no governo Lula, assim como são falsos os dados relativos ao combate à pobreza e ao aumento de investimentos. De acordo com o senador pela Bahia, parte dos recursos

originalmente destinados ao Fundo de Combate à Pobreza foi gasta como patrocínio de um encontro de gays.

– Procurem nas capitais e no interior para ver se alguém melhorou de vida – sugeriu Antonio Carlos, segundo o qual há maior concentração da renda no atual governo.

Gasto público deve ser divulgado, diz Papaléo

Já o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) observou que um dos principais pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal não



Papaléo Paes

está sendo cumprido pelo governo: o de demonstrar à sociedade o cumprimento de suas metas fiscais a cada quadrimestre.

– A transparência proporcionada pela lei tem por objetivo permitir à sociedade conhecer e compreender as contas públicas. Não basta a simples divulgação de dados, como meras informações, mas é necessário também que se leve ao conhecimento dos brasileiros, em linguagem clara, objetiva e pormenorizada, como o dinheiro público está sendo utilizado – afirmou Papaléo.

Delcídio rebate críticas à política externa do país

Nos três primeiros meses de 2005, comparados ao mesmo período do ano anterior, o comércio entre Brasil e Estados Unidos cresceu 20%, destacou o líder do PT, senador Delcídio Amaral (MS), ao rebater críticas à política externa do governo. O senador disse que, nos dois primeiros anos do governo petista, as exportações para os EUA aumentaram 30%, mais que os 10% registrados em todo o primeiro mandato de Fernando Henrique.

Para Delcídio, o governo hoje mantém certo equilíbrio nas exportações brasileiras, informando que cerca de 21% vão para a América Latina, outros 21% para os EUA, e cerca de 23% para a Europa. O país ganha com a abertura de novos mercados em países em desenvolvimento, comemorou.

A atuação no mercado internacional, voltando a ter um olhar mais atento para o sul do continente, não impede o Brasil de manter boas relações com os EUA, observou.

– Em momento algum o presidente Lula deixou de lado suas posições, mesmo quando diferentes das posturas assumidas pelos EUA, como no apoio à candidatura do chileno Manolo Inzulza nas eleições da OEA – ressaltou.

Heráclito cobra obra anunciada pelo governador do Piauí

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) informou em Plenário que o governador do Piauí, José Wellington Barroso de Araújo Dias, anunciou, em Teresina (PI), a construção de quatro barragens no rio Parnaíba para as quais não existem projetos ou estudos prévios.

– Saí à procura, nos ministérios competentes, dos projetos e dos pré-estudos dessas barragens. Tudo balela. A construção de barragens em rio que banha dois estados não é coisa tão simples – disse.

Além disso, Heráclito declarou que várias outras promessas de obras foram feitas pelo governador, com a utilização de campanhas publicitárias, sem que nenhuma tenha sido efetivamente executada.

– Há dois anos ele anunciou que a Vale do Rio Doce iria se estabelecer no município de Capitão Gervásio de Oliveira. Estamos na metade de 2005 e o Piauí ainda espera os 20 mil empregos prometidos – relatou.

Heráclito também lamentou o fato de o governador do Piauí, apesar de pertencer ao PT, não ter sido convidado a opinar na definição das obras de recuperação de estradas, no projeto acordado com FMI.

PLENÁRIO

Serys, Virgílio e Flexa fazem homenagem a João Menezes

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou, com o apoio dos senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), requerimento de voto de louvor para o ex-senador paraense João Menezes, autor do projeto de lei que instituiu, há 25 anos, o Dia Nacional da Mulher. Proposta em meio ao regime militar, a homenagem à mulher brasileira deve ter exigido do então parlamentar, acredita Serys, "espírito público além das injunções culturais da época".

– Enfim, graças a essa hercúlea iniciativa, as mulheres de hoje podem, com mais fôlego, reivindicar uma condição de vida mais justa, mais igualitária no Brasil – assinalou.

Comemorado em 30 de abril, o Dia Nacional da Mulher foi criado sob a inspiração da figura de Jerônima Mesquita, fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Segundo Serys, quando a entidade surgiu, há mais de 80 anos, uma opressão "inimaginável" recaía sobre as brasileiras, privadas do direito ao voto e "confrontadas com dificuldades tremendas para trabalhar fora de casa e cursar uma universidade".

Tourinho registra o 80º aniversário de Stella de Oxóssi

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) homenageou a mãe-de-santo Maria Estela de Azevedo Santo, também conhecida como Mãe Stella de Oxóssi, que completou 80 anos no último dia 2 de maio. Tourinho ressaltou que o candomblé se transformou, desde o final do século 18, em "foco de resistência cultural dos afro-descendentes", e que Mãe Stella é "uma verdadeira embaixadora cultural do país".

– Pode-se dizer que ela é a primeira das grandes mães-de-santo a obter trânsito exitoso no terreiro e na sociedade global, como ialorixá [mãe-de-santo], enfermeira e personalidade intelectual negra – afirmou o senador.

Mãe Stella, destacou Tourinho, escreveu livros, fez conferências, participou de congressos, encontros e seminários, em todo o país e no exterior. Foi a primeira a realizar a conexão do candomblé com a sociedade em geral, fazendo-se inclusive respeitar no mundo leigo. Acrescentou que as mães-de-santo orientaram "o povo negro em sua luta pela libertação", reproduzindo no Brasil um matriarcado que vem da tradição africana.

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou Tourinho por se mostrar "um estudioso do tema".

Violência cresce no Paraná, alerta Osmar

O senador Osmar Dias (PDT-PR) alertou em Plenário, na quarta-feira, para o crescimento dos índices de violência no estado do Paraná. Ele relatou que a Polícia Civil ameaça entrar em greve, o que na sua avaliação "complica a situação", e o grupo Águia da Polícia Militar foi desativado recentemente pelo governador do estado, Roberto Requião.

– O próprio governo desativa as estruturas policiais em vez de aperfeiçoá-las e usá-las em favor da população. O contingente da PM do Paraná é hoje menor que há 30 anos – criticou.

Segundo o parlamentar, o grupo Águia foi extinto em virtude de denúncias feitas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra. O grupo foi acusado de realizar serviços de

segurança particular, utilizando o aparato do estado.

Osmar Dias citou diversos assaltos ocorridos nos últimos dias em seu estado. Destacou a situação da cidade de Londrina, que, assegurou o senador, atinge índices de criminalidade muito superiores à média nacional. Somente neste ano, informou, já ocorreram 60 assassinatos no município, fato que ele qualificou como um "drama".

O parlamentar também ressaltou que nem as seguradoras estão mais aceitando trabalhar com empresas do interior do Paraná, em virtude dos prejuízos causados pelas atuais



Osmar criticou o governador Requião por desativar uma unidade da Polícia Militar

ondas de assalto.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), em aparte, endossou a crítica à desativação das estruturas policiais no estado do Paraná.

Eduardo: Incra quer expulsar assentados

Com vários documentos em mãos, enviados por sindicatos de trabalhadores rurais do Tocantins, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) denunciou o Incra de seu estado por estar intimidando assentados em projetos de reforma agrária há mais de dez anos a sair das terras em 15 dias, pois pretende substituí-los por novos agricultores selecionados pelo órgão. O senador avalia que a atitude do Incra é arbitrária e sem justificativa coerente.

– Eles se fazem acompanhar de agentes da Polícia Federal, numa verdadeira intimidação.

As famílias não têm para onde ir e, a qualquer momento, haverá verdadeiras tragédias nesses assentamentos, tal o clima de revolta – advertiu.

Estão sob ameaça, de acordo com o senador, cerca de 600 famílias, nos municípios de Piraquê, Carmolândia e Marianópolis.

– Os técnicos do Incra afirmam que as famílias não se enquadram nos critérios estabelecidos pelo órgão para a reforma agrária. Ora, são famílias que estão nessas áreas há mais de dez anos, e agora vem o Incra dizer que elas não têm o perfil que interessa aos burocratas?

– questionou o senador.

Eduardo informou que as câmaras de vereadores desses municípios estão em reunião permanente, buscando uma saída para a situação. E disse também que já pediu explicações ao presidente do órgão, Rolf Hackbart, e prepara ofício ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Os assentados acusam o Incra de contratar ONGs para executar obras de construção de rodovias nas áreas dos assentamentos.

Eduardo Siqueira Campos foi apoiado em aparte pelo senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

Magno Malta defende lei de combate ao crime organizado

O senador Magno Malta (PL-ES) reassumiu sua cadeira no Senado na última semana garantindo que continuará sua luta visando diminuir a violência no país. Na opinião dele, o país vive atualmente um estado de exceção, com a violência ditando as regras na sociedade.

Por esse motivo, anunciou que convidará integrantes do Ministério Público, da Polícia Civil e da Polícia Federal para debater um texto comum para definir a lei de combate ao crime organizado.

– A política antidrogas do

Brasil tem que prever penas fortes para os traficantes, mas também tem de impor limites aos usuários e dependentes. Quando protegemos os usuários, estamos também protegendo o tráfico de drogas – afirmou.

A posição assumida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que seguidas vezes rejeitou a compra da fábrica de chocolates Garoto, localizada em Vila Velha (ES), pela Nestlé, voltou a ser criticada por Magno Malta.

Ele disse que trabalhará para



Para Magno Malta, a violência passou a ditar as regras na sociedade brasileira

que a operação seja sacramentada e o estado possa ser beneficiado pela geração de empregos.

Sarney destaca centenário de Aliomar Baleeiro

O senador José Sarney (PMDB-AP) destacou a passagem, na quinta-feira, do centenário de nascimento de Aliomar Baleeiro. Ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Baleeiro também foi deputado, advogado e jornalista.

Sarney relatou que, em 1934, Aliomar Baleeiro juntou-se a Juraci Magalhães, tendo sido eleito no ano seguinte deputado na Constituinte baiana. Como deputado estadual, apoiou José Américo de Almeida e sofreu a violência do Estado Novo.

A partir de 1937, iniciou uma longa luta contra a ditadura de Getúlio Vargas. Em 1945, criou, na Bahia, a UDN.

Como deputado constituinte, foi relator da comissão de elaboração do anteprojeto de Constituição. Na Subcomissão de Discriminação de Rendas, fixou as bases do Direito Constitucional Financeiro brasileiro. Em 1958, não-reeleito, assumiu a Secretaria de Fazenda da Bahia. Em 1960, foi relator-geral da Assembléia Constituinte do recém-criado estado da Gua-

nabara, pelo qual foi também deputado estadual e, em 1963, deputado federal.

Sarney citou o jornalista Carlos Castello Branco, para quem Aliomar Baleeiro foi "o mais eficiente e castiço orador de oposição que apareceu na Câmara sob o regime da Constituição de 1946".

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que Sarney falava sobre o centenário do "ilustre conterrâneo" também em nome da Bahia.

Marco Maciel lamenta morte de Fernando Freyre

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou voto de pesar pelo falecimento de Fernando de Mello Freyre, filho do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre e que presidiu, por 32 anos, a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). Fernando Freyre, que comandava a Fundação Gilberto Freyre, morreu no dia 29 de abril, aos 61 anos, vítima de infarto fulminante. – Rui Barbosa dizia que a morte não separa, aproxima. Ao perder um amigo, pranteamos sua morte, mas também temos condição de reconhecer seu valor e a obra que deixou – disse o senador. Marco Maciel lamentou que Fernando Freyre, a quem coube a tarefa de zelar pela obra de seu pai, não tenha tido condições de prestigiar o lançamento da 50ª edição do livro *Casa Grande & Senzala*. Os senadores pernambucanos Sérgio Guerra (PSDB) e José Jorge (PFL) e os piauienses Heráclito Fortes (PFL) e Mão Santa (PMDB) também lamentaram a morte de Fernando Freyre. Os parlamentares ressaltaram sua competência, atuação apartidária e a importância da sua presença no cenário cultural e social de Pernambuco e do Nordeste.

Suplicy elogia o trabalho do ministro Gil

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enalteceu, quinta-feira, o trabalho do cantor, compositor e ministro da Cultura, Gilberto Gil. Informou ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá rever o contingenciamento feito com o orçamento do Ministério da Cultura. Suplicy relatou uma conversa com o ministro, na qual ele teria revelado que há uma expectativa de liberação de mais recursos para o Ministério da Cultura, cujo orçamento teve 53% de suas despesas orçamentárias contingenciadas (bloqueadas). O senador lembrou que Gilberto Gil tem valorizado a cultura, a música, a poesia e o teatro brasileiros por todos os lugares do mundo por onde anda, afirmando que "feliz é o Brasil por ter um ministro da Cultura como ele". Suplicy relatou que assistiu na véspera, no Teatro Nacional de Brasília, ao show *Eletroacústico*, de Gilberto Gil. O senador mencionou diversas canções interpretadas por Gilberto Gil durante o espetáculo, entre elas a canção *La Lune de Gorée*, de Gil e Capinam, composta quando Gil esteve na Ilha de Gorée, no Senegal. Dessa ilha partiam os africanos destinados a servir como escravos nas Américas.

PLENÁRIO

Heloísa Helena quer ajuda do governo para Alagoas

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) protestou, na sexta-feira, contra o que chamou de “descaso do governo” com relação a Alagoas. O estado enfrentou forte seca no começo deste ano e agora sofre com pesadas chuvas.

– Há um descaso com o povo brasileiro em geral, mas Alagoas passa por momentos difíceis e nada tem sido feito – afirmou a senadora, queixando-se de que o governo não disponibilizou nem carros-pipa e nem cestas básicas para os municípios atingidos pela seca.

Heloísa relatou que duas crianças foram levadas pelas águas da enchente que afeta a região do rio São Francisco, em Alagoas, e cobrou investimentos em infra-estrutura, em projetos de irrigação, abastecimento de água e saneamento básico.

Teotônio critica transposição do rio São Francisco

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) disse, na quinta-feira, que os verdadeiros números sobre a transposição do rio São Francisco

“contestam e desmontam o projeto”. Teotônio não divulgou os números que considera reais, mas prometeu voltar ao assunto. Ele acusou o governo de inundar o país com propaganda garantindo que a transposição – que, segundo o senador, tem um custo de R\$ 7 bilhões – vai acabar com a miséria no Nordeste.

E afirmou que o projeto está levando água para onde ela já existe. O correto, argumentou, seria continuar as obras hídricas e os projetos de irrigação, muitos deles paralisados.

Erros mostram incompetência, diz César Borges

Os erros admitidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista coletiva na semana passada retratam a incompetência do governo, afirmou o senador César Borges (PFL-BA) na quinta-feira.

Na entrevista, Lula considerou como erros cometidos pelo governo a perda da eleição para a Presidência da Câmara, a falta de obras nas rodovias brasileiras e a manutenção da política de juros altos. Para o senador, esses erros provam a incompetência política, econômica e administrativa do Executivo.

Segundo César Borges, erros desse tipo comprometem a poupança, o que fez com que sobre muito pouco para a realização de investimentos públicos.

Simon celebra voto no Supremo sobre CPI

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) saudou, na sexta-feira, o voto apresentado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello durante o julgamento de seis mandados de segurança impetrados pela oposição contra a Mesa do Senado. O questionamento foi motivado pelo fato de alguns partidos não terem indicado representantes para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, no primeiro semestre do ano passado. A matéria começou a ser analisada pelo tribunal na quarta-feira. Embora cinco ministros já tenham votado favoravelmente à tese da oposição, a sessão do tribunal foi suspensa devido a um pedido de vista do processo formulado pelo ministro Eros Grau.

– Vivemos um dia dos mais significativos na história do Congresso Nacional e do Judiciário brasileiros. O voto do relator Celso de Mello acolheu a tese da Constituição federal que garante o direito de um terço dos parlamentares constituir

CPI. Essa decisão é muito importante para nós analisarmos se há no Brasil uma democracia plena. E um dos quesitos básicos para isso é a possibilidade de a Minoria estar presente. O ministro Eros Grau pediu vista mas já deixou entender que votará a favor, assim como os ministros Marco Aurélio de Mello, Ayres de Brito e Sepúlveda Pertence – disse Simon.

O requerimento para a criação da CPI dos Bingos foi apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES) em março do ano passado, logo após o surgimento de denúncias contra Waldomiro Diniz, então assessor do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Apesar de o documento ter sido aprovado em Plenário, os líderes dos partidos de apoio ao governo não fizeram as indicações dos componentes da CPI, para inviabilizar a comissão. O se-



ROOSEVELT PINHEIRO

Para Pedro Simon, decisão do tribunal é importante para a democracia

nador José Sarney (PMDB-AP), à época presidente do Senado, amparado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), também entendeu que não caberia a ele decidir a questão fazendo o preenchimento das vagas. Desse modo, alguns parlamentares acharam que a Constituição havia sido infringida e ingressaram com mandados de segurança, perante o Supremo Tribunal Federal, contra a decisão da Mesa.

Jefferson enaltece ministro Celso de Mello

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) aplaudiu o voto apresentado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello sobre seis mandados de segurança impetrados contra a Mesa do Senado Federal, visando garantir a instalação da CPI dos Bingos.

– Fiquei impressionado com a cultura jurídica e a solidez de argumentação do ministro. Ele deixou as pessoas que assistiam ao julgamento embevecidas com o voto – afirmou Jefferson.

O senador é autor de um dos mandados de segurança que começaram a ser apreciados na quarta-feira pelo STF. Jefferson, que assistiu ao julgamento ao lado de Pedro Simon (PMDB-RS), comentou que um fato raro ocorreu na reunião: mesmo depois da apresentação de um pedido de vista da matéria, pelo ministro Eros Grau, os ministros Sepúlveda Pertence e Carlos Ayres Britto anteciparam seu voto a favor do parecer do relator Celso de Mello.

Renan só indica membros após decisão do Supremo

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse, na sessão de quinta-feira, que só vai discutir a indicação de membros para a CPI dos Bingos após decisão do Supremo Tribunal sobre o assunto. A afirmação foi feita em resposta ao senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, que voltou a solicitar em Plenário que a Presidência se antecipe ao veredicto do STF e assumida a indicação dos representantes dos partidos na comissão.

– Seria bom que o Senado se antecipasse ao STF para o governo não sofrer uma nova derrota – assinalou José Jorge.

O STF dificilmente decidirá sobre os mandados de segurança antes de junho. Pelo menos essa é a previsão de alguns ministros, que se amparam, principalmente, nos aspectos regimentais daquela corte. Como o ministro Eros Grau pediu vista do processo, ele tem até 30 dias, contados a partir de 4 de maio, para devolver a matéria à Mesa diretora. A data de retomada do julgamento dos mandados é definida exclusivamente pelo presidente da corte, ministro Nelson Jobim.

José Jorge teme perda de autonomia das agências

O senador José Jorge (PFL-PE), líder da Minoria, alertou na sexta-feira para a possibilidade de o Projeto de Lei (PL) 3.337, de iniciativa do presidente da República, agravar as dificuldades enfrentadas pelas agências reguladoras. Para ele, as alterações propostas podem restringir a autonomia das agências, o que afastaria investidores em serviços de infra-estrutura.

– Há uma relação direta entre crescimento econômico e autonomia das agências, devido à confiança que elas podem assegurar aos investidores – afirmou.

Além disso, cortes no orçamento das agências, segundo José Jorge, dificultam que esses órgãos funcionem de forma eficiente. O senador lembrou que os recursos das agências não são repasses do Executivo, mas, em sua maioria, provêm de valores recolhidos diretamente dos usuários e embutidos nos valores pagos ao prestador de serviços.

– Contingenciar recursos é afrontar um direito dos usuários, que contribuíram para que o serviço fosse fiscalizado – disse.

Como exemplo, José Jorge citou que a lei orçamentária



CÉLIO AZEVEDO

José Jorge argumenta que o contingenciamento pode afetar o trabalho das agências

previa para Agência Nacional do Petróleo (ANP) R\$ 141,4 milhões em 2005, mas, com o contingenciamento, o valor diminuiu para R\$ 79,9 milhões.

Tião Viana pede plano de carreira para servidores

O senador Tião Viana (PT-AC) manifestou, na quarta-feira, solidariedade aos servidores federais da área de cultura, que estão em greve em razão do não-cumprimento de acordo estabelecido no fim do ano passado com o Ministério do Planejamento, que criaria o plano de carreira da categoria. Pelo acordo, o Ministério da Fazenda se comprometia a enviar o plano de carreira ao Congresso, para aprovação até março de 2005.

O senador leu em Plenário o ofício-carta que está enviando aos ministérios da Fazenda, Planejamento e Cultura, solicitando solução definitiva para o problema.

Capiberibe declara que o PSB é contra a reforma sindical

O líder do PSB no Senado, João Capiberibe (AP), leu nota da Executiva Nacional do partido declarando-se contrária à proposta de emenda à Constituição (PEC 369/05) que trata da reforma sindical, em tramitação na Câmara dos Deputados. Os integrantes da executiva decidiram não dar apoio à medida porque a consideram “incompatível com o pensamento socialista sobre a livre organização sindical” e contrária à história de luta dos trabalhadores brasileiros por transformações sociais.

– Essa proposta é entralizadora e assimétrica frente à autonomia e liberdade de que goza o capital no Brasil – disse Capiberibe.

Emigração ilegal é causada por juros altos, afirma Motta

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) lembrou, na quinta-feira, o drama dos brasileiros que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos. O parlamentar referiu-se à reportagem do programa Fantástico, da Rede Globo, sobre os problemas que um grupo de brasileiros enfrentou ao tentar entrar nos EUA pelo México.

– É uma vergonha. Muitos deles perdem a vida nessa empreitada – afirmou. Motta lamentou o fato de as universidades brasileiras estarem formando doutores para “lavar pratos nos Estados Unidos”. Ele argumentou que isso ocorre porque combater a inflação com aumento nos juros é combater o consumo, a produção e prejudicar a economia do país.

PLENÁRIO

Virgílio rebate crítica a convocação de Dirceu

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), manifestou surpresa diante da reação do governo ao comparecimento do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao Senado, para falar à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre a Infraero (Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária). A convocação, proposta por Almeida Lima (PSDB-SE), foi aprovada na quinta-feira.

– Nada mais natural em uma democracia do que um ministro de Estado ser convocado para depor numa comissão do Senado. Se o governo se opõe, é lícito supor a existência de algo podre que ele não quer que se descubra – disse o líder.

Virgílio mencionou recentes derrotas do governo no Congresso, como a eleição do deputado Severino Cavalcanti à



"Nada mais natural do que ministro ser convocado para depor", diz Virgílio

Presidência da Câmara; a decisão da Câmara de não aprovar a indicação do candidato do governo, Sérgio Renault (secretário de Reforma do Judiciário) para o Conselho Nacional de Justiça; a mudança na Medida Provisória 232/04, com a retirada do aumento de impostos; e a decisão do PMDB de prorrogar o mandato do deputado Michel Temer na presidência do partido por mais um ano.

Ele disse não ser verdadeira declaração do presidente Lula, durante as comemorações do Dia do Trabalho, de que seu governo teria concedido aumento sem paralelo ao salário mínimo.

– É mentira: o aumento médio do governo Lula foi de 3,5% de ganho real ao ano, enquanto o do governo Fernando Henrique foi de 4,7% a cada ano.

O parlamentar também contradisse afirmação do presidente de que o aumento de juros não freia o crescimento econômico.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) observou que Lula, por não possuir experiência administrativa, deveria ter um círculo coeso no governo para assessorá-lo.

Também apartando, José Jorge (PFL-PE) lamentou que o governo esteja orquestrando uma campanha contra o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

Heráclito Fortes defende competência da comissão

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), disse na sexta-feira que o colegiado não extrapolou os limites de suas competências ao convocar o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para prestar informações sobre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

O parlamentar fez essa afirmação ao rebater declaração do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), de que é praxe no Congresso Nacional convidar ministros para falar nas comissões, e não convocá-los.

Quando um ministro é convidado para audiência pública em comissão do Senado ou da Câmara, cabe a ele aceitar ou não, o que não pode acontecer quando se trata de convocação. Nesse caso, o ministro convocado terá que comparecer e, se não o fizer, e não apresentar uma justificativa adequada, deverá responder por crime de responsabilidade, segundo o artigo 50 da Constituição federal.

Heráclito salientou que Dirceu é a autoridade competente para oferecer esclarecimentos e ele foi convocado com o fim específico de expor questões técnicas a respeito da Infraero.

– Qualquer ministro de Estado pode ser convocado a vir à comissão prestar informações.

Aceitar a convocação não fere a dignidade do ministro.

Heráclito citou três pedidos de deputados petistas para convocação de ministros durante o governo Fernando Henrique. Os dois primeiros pedidos foram de iniciativa do ex-deputado e atual governador do Piauí, Wellington Dias, e o outro, do ex-deputado Waldomiro Fioravante. Ele lembrou que Wellington Dias havia requerido a convocação do então secretário-geral da Presidência da República, Aloysio Nunes Ferreira, para prestar esclarecimentos sobre o que ficou conhecido como "Operação Abafa CPI da Corrupção".

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e o líder da minoria, José Jorge (PFL-PE), manifestaram apoio a Heráclito. Virgílio disse que a convocação poderá se transformar em convite se José Dirceu assumir o compromisso de comparecer para prestar os esclarecimentos sobre a gestão da Infraero.



Heráclito: CI não extrapolou ao aprovar pedido para o comparecimento de Dirceu

Maciel prega fortalecimento da ONU

Ao registrar que no último dia 5 de abril transcorreram 210 anos desde que o filósofo Emmanuel Kant começou a escrever a obra *À paz perpétua*. Um esforço filosófico, Marco Maciel (PFL-PE) defendeu a necessidade de os líderes da comunidade internacional se mobilizarem para reforçar o multilateralismo e priorizar a reforma da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

O senador lembrou que, em pronunciamento feito neste

ano, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, anunciou medidas destinadas a reforçar a instituição, dando-lhe mais capacidade operacional e acolhendo, entre outras, sugestões do Clube de Madri, substituído por ex-chefes de Estado e de governo e coordenado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

– A ONU, criada para ser uma instância que enseja a paz e a segurança internacionais, perde relevância na solução dos contenciosos, em função do

recurso de grandes potências à ação unilateral, em flagrante desprezo aos objetivos fixados no estatuto da organização – afirmou o parlamentar.

Maciel disse que o livro *À paz perpétua* continua sendo o mais lido e talvez o mais citado documento de reflexão filosófica sobre a paz. No texto, destacou, Kant sugere que a paz deve ser construída por meio de muito trabalho e do lento, mas contínuo, aprimoramento das instituições humanas.

Senador pede universidade federal em Parnaíba

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu, em Plenário, a transformação em universidade federal do *Campus* Avançado Ministro Reis Velloso, localizado em Parnaíba (PI). O *campus* integra a Universidade Federal do Piauí.

– Hoje, o *Campus* Avançado Reis Velloso é uma instituição que serve a dezenas de cidades do norte do Maranhão, do Ceará e do Piauí, com 65.800 candidatos inscritos no último vestibular – afirmou.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que o governo Luiz Inácio Lula da Silva deu um calote no Piauí, porque o estado "não foi beneficiado em nada" após eleger o governador petista Wellington Dias. Ele lembrou que há dois anos o governador anunciou que a empresa Vale do Rio Doce iria se instalar no município de Gervásio Pereira e que, em 2005, estaria gerando 5 mil empregos, mas a promessa não se concretizou.

Edison Lobão homenageia o editor Roberto Civita

Edison Lobão (PFL-MA) homenageou, com discurso em Plenário, o presidente do Grupo Abril, Roberto Civita, que recebeu o Prêmio Personalidade da Comunicação 2005. O evento ocorreu durante a abertura do 8º Congresso Brasileiro de Jornalismo Empresarial, Assessoria de Imprensa e Relações Públicas, na última quarta-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da solenidade.

Segundo o senador, a escolha de Roberto Civita resultou de uma consulta a cerca de 20 mil personalidades de áreas vinculadas à comunicação. O prêmio foi criado pela Mega Brasil Comunicação e patrocinado pela empresa Telefônica.

Lobão afirmou que Roberto Civita deu notável prosseguimento ao sonho do seu pai Victor Civita, o criador da Editora Abril. A revista *Veja*, lançada em 1968, é hoje a quarta maior revista semanal de informação do mundo e a maior fora dos Estados Unidos.

– Roberto Civita comanda um empreendimento que, além de vender 200 milhões de exemplares de revistas, inclui a edição



Lobão destaca conquista de prêmio de comunicação pelo presidente do Grupo Abril

de livros escolares e iniciativas da Fundação Victor Civita para a melhoria da qualidade da educação básica.

Lobão lembrou o avanço da Editora Abril, durante a década 90, ao entrar no mercado de produtos eletrônicos, com o lançamento da MTV, da TVA e de dezenas de sites na Internet.

O parlamentar pediu que seja registrada nos Anais do Senado a palestra de Roberto Civita, intitulada "O papel da imprensa no mundo de hoje", proferida por ocasião do recebimento no prêmio.

Alberto quer lavradores produzindo biodiesel

Alberto Silva (PMDB-PI) apresentou na sexta-feira, em Plenário, uma alternativa ao atual modelo de reforma agrária. De acordo com a proposta, os lavradores poderiam se unir em associações para garantir o beneficia-



Alberto Silva

mento da mamona que viessem a plantar, dentro do Programa Nacional de Biodiesel. Dessa forma, acredita, receberão uma remuneração maior do que se vendessem apenas a matéria-prima para usinas beneficiadoras.

– Com isso, vamos tentar mostrar ao país que não é difícil colocar lavradores no campo, produzindo, com a condição de cidadão, em vez de caminhar pelo Brasil afora desorientados

e sem rumo.

Alberto Silva propôs que o Congresso crie um grupo de trabalho para avaliar os rumos da reforma agrária e da atuação dos sem-terra. Ele observou que investidores potenciais no Piauí

chegam ao estado otimistas com as perspectivas da agricultura local. Muitos, porém, acabam desestimulados diante do risco de suas terras serem desapropriadas.

– Os investidores vêm terra e água no Piauí, mas ficam sabendo que existe um certo senhor chamado Ladislau que desapropria para a reforma agrária. Por isso, acabam indo para o Maranhão, onde não tem Ladislau, e o Piauí fica cada vez mais abandonado – lamentou.

Voz do Leitor

FILTROS

“Sugiro ao senador Mão Santa que apresente projeto para que o governo distribua filtros de barro à população carente, como parte do programa Fome Zero.”

Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)

PELÍCULAS

“Sugiro que seja apresentado um projeto de lei que autorize o uso de películas escuras em veículos automotivos. Acredito que, dessa forma, o número de assaltos em semáforos diminuiria.”

Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)

HOSPITAIS PÚBLICOS

“Senador Tião Viana, gostaria que o governo federal interviesse nos hospitais públicos do Espírito Santo e de outros estados que têm problemas com os serviços de saúde pública, assim como foi feito no Rio de Janeiro. Um mutirão de atendimento médico, com ajuda das Forças Armadas, também poderia ser feito em todo o país.”

Cremildo de Almeida Melo Júnior, de Iúna (ES)

LEITURA

“O projeto de lei (PLS 27/05) apresentado pelo senador Roberto Saturnino, que prevê a dedução de doações de livros a bibliotecas públicas do cálculo do Imposto de Renda devido por pessoas físicas, é um incentivo para que os estudantes adquiram o hábito da leitura. Fazer mais livros chegarem às bibliotecas públicas é uma forma simples e prática de levá-los aos interessados que, devido ao elevado custo de

muitas obras, não as podem adquirir. Considero esse um projeto em prol da educação e gostaria que fossem tomadas medidas para aprová-lo e implementá-lo.”

Erivaldo de Jesus Silva, de Porto Alegre (RS)

DESENVOLVIMENTO

“Considero que estamos presenciando uma evolução na legislação do país: a criação dos estatutos do Idoso e do Desarmamento, a aprovação da Lei de Biossegurança, a Lei do Aprendiz, o Ano da Mulher e suas leis, e o debate da proposta de um novo estatuto de estrangeiro. São avanços que contribuirão para o crescimento do Brasil rumo ao progresso e ao desenvolvimento.”

Almir Teles, de Camocim (CE)

IDOSOS

“Para mim, o Estatuto do Idoso não passa de uma carta de intenções. Sugiro a criação de um ‘bônus-idade’, em dinheiro, para os aposentados acima de 70 anos comprarem medicamentos. Idoso precisa de remédios, não de regras que não são cumpridas.”

Camilo Viana, de Belo Horizonte (MG)

EMPREGADO DOMÉSTICO

“Senador Eduardo Suplicy, sugiro a aprovação do projeto de lei (PLS 477/03) do senador Sérgio Zambiasi, pelo qual o empregador passaria a ser obrigado a recolher o Fundo de Garantia quando contratar empregados domésticos, o que hoje é opcional.”

Edmilson Pereira dos Santos, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

TRANSPORTE INTERESTADUAL

Cláudia Maria Martins, de Santo Antônio de Posse (SP)
Senador Paulo Paim, nas viagens rodoviárias de um estado para outro, está incluído no preço da passagem um seguro em caso de acidente. Um idoso que viaja gratuitamente tem o mesmo direito que os outros passageiros?

O senador Paulo Paim (PT-RS) responde:



Prezada Cláudia, o Decreto 5.130/04 – alterado pelo Decreto 5.155/04 –, que regulamenta o Estatuto do Idoso, em seu artigo 8º, é claro ao estabelecer que, aos idosos beneficiados pelo transporte gratuito ou com desconto com o Bilhete de Viagem do Idoso, são garantidos os mesmos direitos assegurados aos demais passageiros. Isso inclui, por exemplo, direito a indenização por danos ou extravio de bagagens, a hospedagem em casos de panes que impossibilitem o prosseguimento da viagem e o seguro em caso de acidentes, sendo esta a situação que você questiona. Além disso, é importante ressaltar que o seguro facultativo já não pode mais ser cobrado de nenhum passageiro. As empresas têm obrigatoriedade legal de oferecer este serviço para todos os passageiros. Voltando ao seu questionamento quanto aos idosos com gratuidade, esclareço que eles têm, na questão do transporte interestadual, tal como estabelece o Estatuto do Idoso, os mesmos direitos que os demais passageiros. Assim, ficam a cargo dos idosos somente as taxas de uso do terminal rodoviário, os gastos com alimentação e o pagamento dos valores relativos a pedágio. O exercício do direito de gratuidade ou desconto aos idosos no transporte coletivo interestadual é regido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

RIO SÃO FRANCISCO

Denis de Silva Maia, de Sumé (PB)

“Senador Ney Suassuna, gostaria de saber se o senhor é contra ou a favor da transposição das águas do rio São Francisco, principalmente no estado da Paraíba. Também gostaria que o senhor justificasse sua opinião.”

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) responde:



Caro Denis, se você acompanhar as notícias da Paraíba, ou mesmo as nacionais, verá que tenho lutado desde o início do meu mandato para que a transposição seja concretizada. Quando estive à frente do Ministério da Integração Nacional, há cerca de três anos, cheguei a firmar contrato com o governo espanhol no valor de US\$ 800 milhões para viabilizar o projeto. Infelizmente, o governo brasileiro não concretizou o projeto até hoje, mas acredito que o presidente Lula, como nordestino, terá sensibilidade para finalmente realizar esse sonho. É certo que a água do São Francisco não vai, como num passe de mágica, solucionar de uma só vez todos os problemas do povo nordestino. Porém, tenho convicção que trará alívio e esperança de dias melhores para milhares de famílias, especialmente nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, os mais afetados pelas longas estiagens.

Frases

“Nossos países se revezam nessa posição como se estivéssemos em uma gangorra. O que desdenhar da situação do outro deve se lembrar que, em breve, a situação poderá se inverter”

Cristovam Buarque, ao alertar que nas relações do Brasil com a Argentina não há espaço para arrogância, e que a condução errada dos atuais atritos econômicos e políticos pode levar a uma crise de graves conseqüências para ambos os lados.

“O público infanto-juvenil, consciente de seus direitos, pode, em vez de ter uma postura passiva, transformar-se em protagonista da luta pela garantia desses direitos”

Patrícia Saboya, que apresentou projeto de lei para incluir nos currículos do ensino fundamental conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes.

“Usaram mais dinheiro que para salvar a vida de crianças indígenas”

José Agripino, criticando as reformas e decoração nos quatro andares do Ministério da Cultura, que custaram R\$ 9 milhões.

“As universidades brasileiras estão formando doutores para lavar pratos nos Estados Unidos”

João Batista Motta, que lembrou em pronunciamento o drama dos brasileiros que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos pela fronteira do México.

“Ter no país apenas 600 geriatras é um escândalo”

Sérgio Cabral, depois de ter sido eleito para presidir a Subcomissão do Idoso, instalada na semana passada. Ele quer discutir com o MEC o incentivo a cursos em geriatria nas universidades públicas e privadas.

“Hoje as penas perderam o caráter punitivo e não intimidam os malfetores. O resultado mede-se pelas vidas ceifadas, patrimônios destruídos, clima de guerra insuflado em grandes cidades e desmoralização da segurança pública”

Romeu Tuma, que conclamou os congressistas a trabalhar na reforma das leis penais.

Foto da Semana

CÉLIO AZEVEDO



Representantes de centrais sindicais e de aposentados ocuparam as cadeiras do Plenário e os assentos destinados à Mesa do Senado durante sessão especial em comemoração ao Dia do Trabalho, na manhã da segunda-feira passada. Em nome de todos os trabalhadores, eles receberam as congratulações dos parlamentares pela data, comemorada oficialmente na véspera.

Paula Lima e Cidade Negra

A programação musical da TV Senado destaca o *show* que a cantora Paula Lima fez em Brasília, como parte do projeto Identidade Brasileira. A cantora é conhecida pela presença do *soul* e da *black music* em seu repertório. Entre as suas influências, Paula destaca as cantoras Ella Fitzgerald e Elza Soares, além de Jorge Benjor e Gilberto Gil.

Formada em Direito, a artista declara que não planejava ser cantora, embora já tivesse formação musical desde pequena. "Comecei a cantar meio por acaso, e hoje sei que só havia esse caminho da música a seguir", comentou. Ela já cantou com os grupos Funk Como Le Gusta e Banda Black Rio, e faz parte do grupo de artistas que compõem a chamada Nova MPB.

Na apresentação que a TV leva ao ar no *Espaço Cultural*, no sábado, às 24h, com reprise no domingo, às 21h30, Paula Lima mostra composições de Tim Maia e Jorge Benjor, além de canções dos seus dois álbuns.

O programa *Conversa de Músico* entrevista integrantes do coral Cantus Firmus, considerado um dos melhores de Brasília. O coral,

formado por cerca de 30 cantores, tem um repertório bastante variado, desde música clássica até canções dos Beatles. A atração é apresentada na sexta, às 21h30, com reprises no sábado, às 14h30, e no domingo, às 20h.

Escala Brasileira entrevista banda de reggae Cidade Negra

O destaque musical da Rádio Senado é o *Escala Brasileira*, na quinta, às 23h, que entrevista o Cidade Negra. Formado por Toni Garrido, Bino Farias, Lazão e Da Gama há 18 anos, o grupo consolidou-se como um dos melhores de *reggae* brasileiros.

Na entrevista, falam das influências musicais e da sua trajetória. O programa traz ainda canções da banda, como *Ponto de Mutação* e *Perto de Deus*.

Nesta segunda, às 12h, o *Conexão Senado* discute a transposição do rio São Francisco, proposta polêmica, considerada por alguns fundamental para resolver o problema da seca no Nordeste. O ouvinte pode participar do debate pelo telefone 311-1182, fax 311-2777 ou correio eletrônico conexao@senado.gov.br.



Paula Lima apresenta composições de Tim Maia e Jorge Benjor

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

RESENHA

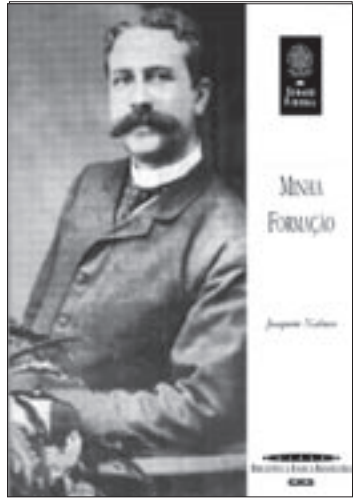
Memórias e emoções nas palavras de Joaquim Nabuco

PAULO HENRIQUE BRANDÃO

São do próprio Joaquim Nabuco as palavras que talvez definam sua trajetória: "Desde a Academia, a literatura e a política alternaram uma com outra, ocupando a minha curiosidade e governando as minhas ambições". *Minha Formação* (1900) é um livro de memórias, uma autobiografia e, também, uma síntese da história do Brasil no final do século 19. Ao mesmo tempo, constitui amostra da prosa de um escritor pleno, dono de estilo vigorosamente literário. Por todas essas qualidades, trata-se de obra que merece ser conhecida pelas gerações de hoje.

Em ritmo de romance, desfilam os quadros da formação nabuquiana, da infância aos últimos anos de retiro, passando pelo período da Academia, das lutas parlamentares – em especial a causa abolicionista –, das estadas em Londres, Paris, Nova York e no Vaticano. Também se vêem as explicações para seu decidido e inabalável liberalismo, além da conformação de uma posição política peculiar – monarquista e liberal.

A luta e os escritos de Nabuco contra o regime escravocrata demonstram uma percepção superior acerca desse instituto para o país, sob os pontos de vista ético, social e econômico.



São redefinidos os termos da problemática escravista, posicionando-a não como mais um malefício do Império, mas como o verdadeiro problema de um país em configuração. Em Nabuco, o abolicionismo se torna, ao cabo, um movimento pela completa reconstrução das instituições nacionais.

O capítulo intitulado "Mangangana", nome do engenho pernambucano no qual passou a infância, é com certeza o mais belo do livro. Ali viveu o menino Joaquim Aurélio até os oito anos, antes da mudança forçada para o Rio de Janeiro. Em tom lírico e comovente, o autor rememora a natureza, as gentes que o cercavam, a religiosidade original, a descoberta da nódoa da escravidão e o amor profundo que lhe ficou de sua terra.

Paulo Henrique Brandão é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Minha Formação* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

JORNAL DO SENADO

Dez anos de informação sobre o trabalho legislativo

Com o compromisso de proporcionar à sociedade, por meio da informação, instrumentos para que conheça melhor o trabalho do Legislativo, o **Jornal do Senado** completou, no último dia 4, dez anos de existência.

A circulação do periódico – primeiro veículo de comunicação oficial do Senado – foi iniciada em 1995, por iniciativa do senador José Sarney (PMDB-AP), então presidente da Casa, com a tiragem inicial de 1.500 exemplares.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), em discurso no Plenário, elogiou o profissionalismo e a dedicação dos funcionários, além da excelência gráfica do jornal, a seu ver uma "receita de cidadania" que vem dando certo há uma década.

– O **Jornal do Senado** presta um importantíssimo serviço ao país ao noticiar com clareza e competência o dia-a-dia do Senado, mostrando que esta é uma Casa de gente séria, onde se trabalha, e muito – afirmou.

Crivella felicitou pelo décimo aniversário o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Armando Rollemberg, o diretor-adjunto, Helival Rios, e a diretora do **Jornal do Senado**, Maria da Conceição Lima Alves.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que a criação de todo o complexo de comunicação da Casa foi gerenciada pelo jornalista Fernando César

Mesquita, que esteve à frente dos trabalhos durante seis anos.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) também se manifestou sobre os dez anos do jornal da Casa, veículo que, segundo ela, "mantém a isenção que o jornalismo exige e a eficiência que somente os melhores profissionais da área sabem ter".

Mudanças e crescimento do público leitor

O **Jornal do Senado** passou por avanços gráficos nas suas mais de 2 mil edições. Saiu do formato A4, em preto e branco, para o tamanho tablóide. O uso de cores foi introduzido e criada uma versão eletrônica, disponível na Internet, além de uma edição semanal que atende a mais de 45 mil assinantes.

Na edição semanal, foi estabelecida parceria com o leitor, abrindo espaço para a publicação de cartas e de perguntas respondidas pelos senadores. Os leitores, aliás, interagem continuamente com o jornal, que recebe quase



Para Crivella, o jornal da Casa representa uma bem-sucedida "receita de cidadania"

mil mensagens todos os meses, provenientes das mais diversas localidades brasileiras.

O jornal também é responsável pela revista de balanço, que traz o resumo anual dos trabalhos do Congresso, elaborada em conjunto com a Câmara dos Deputados, e pela guarda de registros fotográficos do Senado, com mais de 100 mil fotos em arquivo. É, com certeza, indispensável para quem pesquisa a vida política do país dos últimos dez anos.

Nota de agradecimento

O **Jornal do Senado** agradece os votos de congratulações de Adalberto Simão Nader Filho, Andréa Valente da Cunha, Antonio Caraballo Barreira, Ary Cícero Moraes Ribeiro, Assessoria de Comunicação - Gab. Senador Eduardo Azeredo, Doris Marize Romariz Peixoto, Francisco Etelvino Biondo, Helder Vitor Mulatinho, Jane Maria de Araújo Neves, João Bosco Bezerra Bonfim, Lúcia de Fátima Nunes Bucar, Maria Teresa Cardoso, Oisenis Almeida Carvalho, Paulo Sérgio da Rocha Vasconcelos, Solange Sotelo Pinheiro Calmon e Virgínia Malheiros Galvez.

Conheça o Senado



José Bonifácio estava engajado entre os políticos que levaram adiante a luta a favor da abolição

O Senado a serviço da causa abolicionista

No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que decretou o fim da escravidão no Brasil. O ato que simboliza o fim da abolição, no entanto, só foi possível por conta da atuação dos senadores do período, que apoiaram e levaram adiante a causa, entre eles José Bonifácio de Andrada e Silva, Eusébio de Queirós, Rui Barbosa e o Visconde do Rio Branco.

Um dos fatores que mais privilegiaram a ação do Senado no movimento abolicionista foi a vitalidade da Casa. Como tinham os mandatos garantidos, os senadores podiam trabalhar com independência em relação aos interesses eleitorais, o que não acontecia com os deputados, dependentes da elite da época

para manterem as cadeiras.

Quem tomou a primeira iniciativa pelo fim da escravidão foi o senador Eusébio de Queirós, responsável pela implementação da lei que aboliu o tráfico negreiro. Outra conquista do movimento pela abolição foi a Lei do Ventre Livre, apresentada pelo senador Pimenta Bueno com o apoio do Visconde do Rio Branco e do senador José Maria da Silva Paranhos. A proposta garantia a liberdade dos filhos de escravas.

Rui Barbosa defendeu a Lei dos Sexagenários, que colocou a discussão da escravidão em pauta novamente,

tornando livres os maiores de 60 anos. A Lei Áurea é a concretização de uma luta que começou em 1830 e teve uma tramitação recorde. Apresentada em 9 de maio, a norma foi promulgada quatro dias depois.

Mais de 100 anos se passaram, e o movimento negro continua atuante no Senado. Mudaram as reivindicações. Livres, os afrodescendentes lutam contra

o preconceito e pedem, por meio de ações afirmativas, a reparação pela escravidão de seus antepassados. Nesse sentido, destaca-se a política de cotas, já implementada em algumas universidades públicas.

Do fim do tráfico à Lei Áurea, os senadores se destacaram no movimento

MESA DO SENADO FEDERAL
 Presidente: Renan Calheiros
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
 1º Secretário: Efraim Morais
 2º Secretário: João Alberto Souza
 3º Secretário: Paulo Octávio
 4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
 Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
 Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
 Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos
 Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
 Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.
 Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Cooperação reduz juros do crédito

No Brasil, cerca de 45 milhões de pessoas não têm acesso a bancos para fazer empréstimos ou pagar prestações e, segundo dados do Guia Bancário do Brasil e do IBGE, 28,5% dos municípios e distritos do país não possuem agências bancárias. Muitos pequenos empreendedores não têm acesso ao crédito para investir em seus negócios, pela dificuldade em atender às modalidades de garantia tradicionais.

A solução pode estar nas cooperativas de crédito, instituições financeiras sem fins lucrativos, que são dirigidas e controladas pelos próprios associados. Seu funcionamento é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas operações são fiscalizadas pelo Banco Central. Os juros nas cooperativas variam de 1% a 3% ao mês, dependendo do prazo de parcelamento, enquanto nos bancos ficam em média em 5% ao mês para empréstimo pessoal, e em 8% ao mês para cheque especial. O cooperado também é "sócio" da cooperativa, ou seja, os juros que ele paga serão revertidos em seu benefício, remunerando suas contas e seu capital social, valorizando a cooperativa.

Um exemplo do que uma cooperativa

de crédito pode viabilizar ocorreu em São Roque de Minas (MG). O município de 6 mil habitantes teve sua única agência bancária fechada em 1991. Da dificuldade para conduzir os pequenos negócios rurais surgiu a Saromcredi (Cooperativa de Crédito Rural de São Roque de Minas), que conseguiu fazer o produto interno bruto (PIB) da cidade crescer a uma média de 8,74% ao ano desde 1994.

O cooperativismo de crédito surgiu no Brasil no início do século 20, mas só começou a se expandir nos anos 90, devido à demanda por financiamento no setor agrícola. Hoje, o país tem dois bancos cooperativos, o Bancoob, mantido pelo Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoop), e o Bansicred, mantido pelo Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). O Sicred e o Sicoop são duas das quatro maiores confederações de cooperativas brasileiras. As outras são o Sistema Unicred do Brasil, que atua com profissionais e pessoas jurídicas da área de saúde, e o Cresol (Cooperativas de Crédito Solidário), de agricultores familiares. O Brasil possui ainda a Federação Nacional das Cooperativas de Crédito Mútuo (Fenacred).

LUIZ CHAVES - PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL



No Brasil, 32% das cooperativas singulares são de crédito rural, que financiam pequenos agricultores. As de crédito mútuo são 67% e 1% é de livre admissão

Conheça os diferentes tipos de cooperativas

As cooperativas singulares, que prestam serviços diretamente aos seus associados, são constituídas por pelo menos 20 pessoas físicas ou jurídicas e podem ser:

► **De crédito mútuo:** formadas por empregados, servidores e prestadores de serviço de uma empresa, de empresas cujas atividades sejam correlatas ou do mesmo conglomerado econômico. Também podem ser formadas por trabalhadores de uma mesma profissão, ou de atividades afins e, desde 2004, por pequenos e microempresários.

► **De crédito rural:** formadas por pessoas que desenvolvam, na área de atuação de cooperativas, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou de captura e transformação do pescado.

► **De livre admissão de associados:** podem ser formadas nos municípios de 750 a 100 mil habitantes. A cooperativa com três ou mais anos de existência e com mais de R\$ 6 milhões de capital, em municípios com mais de 150 mil habitantes, pode abrir seu estatuto para se transformar em entidade de livre admissão.

Centrais e confederações

Três ou mais cooperativas singulares podem se juntar em cooperativas centrais ou federações de cooperativas, viabilizando a utilização recíproca dos serviços. Três ou mais centrais ou federações também podem se unir em confederações.

O presidente da Cooperativa de Crédito Mútuo do Poder Legislativo Federal (Legiscred), Rogério Caroca, explica que, "pela central, a cooperativa de crédito tem acesso a convênios com bancos e com operadoras de cartões de crédito ou a bancos cooperativos (bancos comerciais cujo controle acionário pertence a um grupo de cooperativas centrais de crédito, permitindo que esse grupo exista como organização financeira plena), podendo oferecer mais serviços". Alguns deles são: cheques, transferências, pagamento e débito automático de contas, cartão de saque, seguros, aplicações e financiamento de bens duráveis. Por meio de convênio, a cooperativa também pode obter empréstimos, repasses de instituições financeiras e recursos de fundos oficiais.

Banco Central orienta interessados

Os interessados em constituir ou alterar cooperativas de crédito devem:

- 1) Buscar informações e orientações junto ao Banco Central.
- 2) Reunir pelo menos 20 pessoas interessadas na constituição da cooperativa, que tenham interesses comuns em obter crédito e serviços mútuos.
- 3) Elaborar um plano de negócios que oriente as atividades e demonstre a viabilidade econômica e financeira da cooperativa.
- 4) Elaborar o estatuto social e a convocação da assembléia geral de constituição. Nessa assembléia, os associados irão aprovar o estatuto e eleger os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria executiva.
- 5) Encaminhar a documentação de constituição ao Banco Central para obter a autorização de funcionamento.
- 6) Encaminhar a documentação para registro na junta comercial.

Para participar

De acordo com o superintendente do Sicoob-Central/DF, Edivaldo Alves de Oliveira, para entrar em uma cooperativa de crédito já formada basta que o interessado em se associar se apresente, comprove sua afinidade com a sociedade e pague pelo menos 50% do valor da cota estipulada por cada cooperativa. O restante dessa cota inicial do cooperado pode ser parcelado. O capital social de uma cooperativa é formado com o dinheiro de todos os associados e subdividido em cotas-partes de capital. O associado irá integralizar essas cotas e será formada uma conta em seu nome. As regras para a formação e aumento contínuo do capital social vão variar de acordo com o estatuto de cada entidade. Se o associado quiser deixar a cooperativa, é suficiente que se apresente como retirante, receba o valor de suas cotas e o mais a que tiver direito pelas regras vigentes.

Legislação que regulamenta a atividade vem sendo atualizada

As cooperativas de crédito são amparadas pelas seguintes leis:

- Lei 4.595/64 – Dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias. Essa lei criou o Conselho Monetário Nacional e equiparou as cooperativas de crédito às demais instituições financeiras.
- Lei 5.764/71 – Define a política de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. A Lei 6.981/82 alterou a redação do artigo 42.
- Lei 10.406/02 (Código Civil) – Estabelece as características básicas da sociedade cooperativa.

Resoluções e circulares do Banco Central:

- 2.788/00 – Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais e bancos múltiplos sob controle acionário de cooperativas centrais de crédito.
- 3.106/03 – Traz os requisitos e procedimentos para a constituição,

autorização para funcionamento, alterações estatutárias e cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito.

- 3.140/03 – Permite a constituição de cooperativas de crédito de empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal ou direta ou indiretamente a associação patronal de grau superior.
- 3.188/04 – Autoriza os bancos cooperativos a receberem depósitos de poupança rural.
- Circulares 3.196/03 e 3.226/04 – Dispõem sobre a prestação de serviços por parte de bancos múltiplos, bancos comerciais e Caixa Econômica Federal a cooperativas de crédito e sobre o cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE) das cooperativas de crédito e dos bancos cooperativos, respectivamente.

Projetos em tramitação no Senado

Três propostas em tramitação no Senado visam regulamentar o sistema cooperativista nacional. São os projetos de lei (PLS) 171/99, 605/99 e 428/99, dos senadores Osmar Dias (PDT-PR), Eduardo Suplicy (PT-SP) e do então senador José Fogaça, respectivamente, e aguardam votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As proposições definem regras gerais para o cooperativismo, da formação à extinção.

É também do senador Osmar Dias a proposta que garante a aplicação das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em depósitos especiais nas cooperativas de crédito (PLS 6/05).

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) é autora do projeto que destina parcela do FAT a bancos cooperativos (PLS 320/03). A matéria aguarda exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Informações

Banco Central do Brasil
Tel.: 0800-99-2345
www.bcb.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Tel.: (21) 2172-8777
www.bndes.gov.br

Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito
Tel.: (11) 323-2335
www.confefbras.com.br

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Tel.: (61) 325-5500

www.ocb.org.br

Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Cooperativismo (Abracoop)
Tel.: (24) 3351-2368 (RJ) e (11) 6096-4014 (SP)
www.abracoop.com.br

Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi)
Tel.: (11) 3124-1900 (SP), (51) 3284-6900 (RS), (41) 3281-5430 (PR), (65) 624-5193 (MT) e (67) 312-8300 (MS)
www.sicredi.com.br

Banco Cooperativo do

Brasil S/A (Bancoob)
Tel.: (61) 217-5200
www.bancoob.com.br

Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob)
(11) 228-0422 (SP) e (61) 323-2002 (DF)

Cooperativa de Crédito Mútuo do Poder Legislativo Federal (Legiscred)
Tel.: (61) 217-5200

Cooperativas de Crédito Solidário para a Agricultura Familiar (Cresol)
www.cresol.com.br